



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

JOSÉ NILO FERREIRA DE FREITAS

**SISTEMA AGROALIMENTAR: DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA
AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL**

**CRUZEIRO DO SUL
2022**

JOSÉ NILO FERREIRA DE FREITAS

SISTEMA AGROALIMENTAR: DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES PARA O
DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SUL
OCIDENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre – UFAC, Campus Floresta, como requisito para obtenção do título de Mestre(a) em Ciências Ambientais.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Andolfato de Oliveira.

CRUZEIRO DO SUL
2022

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

F866s Freitas, José Nilo Ferreira de, 1996 -
Sistema agroalimentar: diagnóstico das ações para o desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia Sul Ocidental / José Nilo Ferreira de Freitas; Orientador: Dr. Kleber Andolfato de Oliveira. - 2022.
79 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós – Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA), Mestre em Ciências Ambientais, Cruzeiro do Sul, 2022.

Inclui referências bibliográficas, anexos e apêndice.

1. Políticas públicas. 2. Agroecologia. 3. Rede de colaboração. I. Oliveira, Kleber Andolfato de (Orientador). II. Título.

CDD: 500



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sistema agroalimentar: diagnóstico das ações para o desenvolvimento da agricultura familiar na Amazônia Sul Ocidental

José Nilo Ferreira de Freitas

Dissertação aprovada em 13 de setembro de 2022, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Ciências Ambientais no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal do Acre – Campus Floresta, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof Dr Kleber Andolfato de Oliveira - Universidade Federal do Acre - Orientador

Prof Dr Edson Alves de Araújo - Universidade Federal do Acre - Membro

Profa Dra Kelly Nascimento Leite - Universidade Federal do Acre - Membro

Profa Dra Leandra Bordignon - Universidade Federal do Acre - Membro



Documento assinado eletronicamente por **Sonaira Souza da Silva, Coordenador**, em 25/10/2022, às 09:57, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edson Alves de Araujo, Professor do Magisterio Superior**, em 25/10/2022, às 13:10, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leandra Bordignon, Professora do Magisterio Superior**, em 25/10/2022, às 13:38, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kleber Andolfato de Oliveira, Professor do Magisterio Superior**, em 25/10/2022, às 16:01, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Kelly Nascimento Leite, Professora do Magisterio Superior**, em 26/10/2022, às 08:56, conforme horário de Rio Branco, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ufac.br/sei/valida_documento ou click no link [Verificar Autenticidade](#) informando o código verificador **0694502** e o código CRC **E6B1938F**.

Ao nosso poderoso Deus por toda sabedoria, força e amor. Aos meus pais Raimunda N. Ferreira e Nilo Vianna de Freitas por todo amor, motivação e ensinamentos passados, aos meus irmãos, aos meus amigos que se dispuseram a ajudar no desenvolvimento deste projeto e ao meu orientador e amigo Kleber Andolfato.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Á Deus por se fazer presente em todos os momentos da minha vida, inclusive nos momentos de fraqueza onde ele me colocou em seus braços e me ajudou a caminhar, agradeço por ter me concedido saúde, força e disposição para seguir em frente, agradeço por colocar pessoas certas nos momentos em que mais precisei, por colocar amigos/irmãos para me guiar e dar forças para continuar nesta longa caminhada. Sem Deus, nada disso seria possível.

A minha mãe Raimunda N. Ferreira, codinome “Maria” e ao meu pai Nilo Vianna de Freitas, por sempre me incentivar a seguir em frente, por me proporcionar a vida, por todo carinho, amor, compreensão e paciência, agradeço por estar sempre do meu lado me incentivando.

Agradeço a Universidade Federal do Acre – Campus Floresta e aos professores do Mestrado em Ciências Ambientais. Agradeço vocês por fazerem parte dessa jornada e por ensinamentos passados.

Agradeço ao meu orientador e amigo professor Doutor Kleber Andolfato de Oliveira por toda compreensão e palavras ditas, por me motivar a sempre seguir em frente e buscar os meus sonhos, e agradeço pelo os ensinamentos que me fizeram crescer pessoalmente e profissionalmente.

Aos meus amigos do mestrado, em caráter especial a Maria Beatriz e a Marlla por não me deixar desistir e me ajudar a seguir na caminhada, ao Erico (esposo da Bia) por sempre me receber em sua casa e ter se tornado um grande colega. Aos demais que de alguma forma contribuíram para essa dissertação se concretizar!

“Quando tudo parecer dar errado em sua vida, lembre – se que o avião decola contra o vento, e não a favor dele”.

(Henry Ford)

RESUMO

Atualmente, o interesse dos consumidores pela segurança e qualidade dos alimentos tem sido uma crescente, em razão de estarem conscientes da origem dos alimentos, da transparência e rastreabilidade nos processos produtivos. A agricultura familiar é um grande indicador de alimento com qualidade e isento de riscos nocivos à saúde do homem. A coexistência dos sistemas agroalimentares se torna ferramenta essencial e com grande potencial de crescimento a ser estudado, como fonte de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, utilizando como fonte os agentes promotores, ações e projetos outrora desenvolvidos pelo setor público, setor privado e o terceiro setor. A pesquisa trata – se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. Para tal, a pesquisa se dividiu em cinco etapas cruciais, quais sejam: Levantamento das instituições (Embrapa, CPT, SOS Amazônia, Semapa e Banco da Amazônia), visitas in loco as instituições, identificação da rede de trabalho, caracterização das limitações e estratégias de apontamento. Evidenciou – se que, os agentes promotores que potencializam os sistemas agroalimentares, a partir de projetos e ações de modo a fortalecer a agricultura familiar no município, atuam em diferentes áreas, mas com o mesmo interesse, ou seja, o fortalecimento das cadeias produtivas. As instituições públicas, privadas e do terceiro setor encontradas, possuem projetos que se cruzam em relação a interesses e objetivos diretos, no entanto, diante do diagnóstico realizado, essas instituições não possuem uma relação de parceria consolidada, assim, dificultando os meios de fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas agroalimentares na região.

Palavras – Chave: Políticas Públicas. Agroecologia. Rede de colaboração.

ABSTRACT

Currently, consumers' interest in food safety and quality has been growing, as they are aware of the origin of food, transparency and traceability in production processes. Family farming is a great indicator of quality food and free from harmful risks to human health. The coexistence of agro-food systems becomes an essential tool with great growth potential to be studied, as a source of development and strengthening of family agriculture, using as a source the promoting agents, actions and projects formerly developed by the public sector, private and the third sector. The research is a descriptive study with a qualitative approach. To this end, the research was divided into five crucial stages, namely: Survey of institutions (Embrapa, CPT, SOS Amazônia, Sema-pa and Banco da Amazônia), on-site visits to institutions, identification of the work network, characterization of limitations and pointing strategies. It was evidenced that the promoting agents that enhance agrifood systems, from projects and actions to strengthen family farming in the municipality, work in different areas, but with the same interest, that is, the strengthening of production chains. The public, private and third sector institutions found, have projects that intersect in relation to interests and direct objectives, however, given the diagnosis made, these institutions do not have a consolidated partnership relationship, thus, making difficult the means of strengthening family farming and agri-food systems in the region.

Keywords: Public Policies. Agroecology. collaboration network.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Localização da área de estudo, município de Cruzeiro do Sul, Acre 2022	40
Figura 2 Órgão público SEMAPA, prefeitura.....	46
Figura 3: Órgão Público Embrapa	47
Figura 4: Órgão privado Banco da Amazônia.....	47
Figura 5: Órgão do terceiro setor, Comissão Pastoral da Terra	48
Figura 6: Órgão do terceiro setor SOS Amazônia.....	49
Figura 7: Rede de colaboração entre os agentes promotores da agricultura no município.....	57

LISTAS DE QUADROS

Quadro 1: Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que atuam no município de Cruzeiro do Sul, Acre.	45
Quadro 2: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – SEMAPA.	50
Quadro 3: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – EMBRAPA.....	51
Quadro 4: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – BASA.....	53
Quadro 5: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – CPT.....	55
Quadro 6: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – SOS AMAZÔNIA.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF -	Agricultura Familiar
ANVISA -	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BASA -	Banco da Amazônia
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
EMBRAPA -	Empresa Brasileira de pesquisa e Agropecuária
FAO -	Food and Agriculture Organization
IA -	Impérios Alimentares
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEC -	Instituto de Defesa do Consumidor
IDH -	Índice de Desenvolvimento Humano
MAPA -	Ministério de Agricultura, Pesca e Abastecimento
MST -	Movimento sem Terra
OMS -	Organização Mundial da Saúde
ONG -	Organização Não Governamental
PIB -	Produto Interno Bruto
SEMAPA -	Secretaria de Agricultura Pesca e Abastecimento
SEMEIA -	Secretaria de Meio Ambiente
SIAG -	Sistemas Agroalimentares
TARP -	Termo de Autorização para Realização da Pesquisa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Sistema Agroalimentar	18
2.1.1 Sistema Agroalimentar Brasileiro	18
2.1.2 Sistema Agroalimentar Localizado	21
2.2.3 Sistema Agroalimentar Dominante (impérios alimentares)	24
2.2 Agricultura Familiar	27
2.2.1 Agricultura Familiar no Brasil	27
2.2.2 Soberania e Segurança Alimentar.....	34
3 OBJETIVOS	38
3.1 Objetivo Geral:	38
3.2 Objetivos Específicos:	38
4 MATERIAL E MÉTODOS	39
4.1 Caracterização do projeto de pesquisa	39
4.2 Área de estudo	39
4.2.1 Caracterização do Município de Cruzeiro do Sul	39
4.2.2 Clima e Solo.....	40
5.2.3 Vegetação	41
4.3 Metodologias aplicadas na pesquisa.....	41
4.4 Análise dos dados	43
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	44
5.1 Diagnóstico dos projetos e ações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.	44
5.1.1 Instituições que atuam na tomada de decisão para o desenvolvimento da agricultura familiar	44
5.1.2 Projetos e ações desenvolvidos pelas instituições.....	49

5.2 Rede de trabalho e colaboração entre os agentes promotores da agricultura	57
5.3 Limitações para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município.....	58
5. 4 Estratégias para o fomento e melhoria dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município.....	59
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63
ANEXOS	71

1 INTRODUÇÃO

A cadeia produtiva é definida como um conjunto de atividades que são integradas e envolvem diferentes setores, desde o planejamento agrícola até o setor de distribuição e venda dos alimentos (SOLER, 2009). Conforme Ploeg (2008), existem dois modelos para os sistemas agroalimentares; o modelo de produção dominante e o modelo voltado para os circuitos regionais e descentralizados.

O sistema agroalimentar dominante esquadrinha sempre o topo do agronegócio, sendo um sistema centralizado na produção e na comercialização dos produtos para se manter na escala global de grande produção, estabelecendo uma ordem dominante, o que é definido por Ploeg como o “Império alimentar”; já o sistema agroalimentar regional e descentralizado, é o sistema que possui o vínculo de produção e de consumo, o que descentraliza a comercialização em larga escala (PLOEG, 2008).

Atualmente, com a modernização da agricultura, o sistema agroalimentar passou por uma reestruturação adotando um modelo de produção em larga escala, sendo dependente de insumos, uso incansável de agroquímicos, transgenia e modernização das tecnologias agrícolas (CRUZ; SCHNEIDER, 2010). A urbanização e o crescimento da população corroboraram para o aumento na escala de produção dos alimentos, de forma a garantir alimento suficiente para os moradores dos grandes centros. No entanto, o foco da produção dos alimentos passou a ser a quantidade e não a qualidade e segurança dos alimentos (CRUZ; SCHNEIDER 2010).

A insegurança alimentar é um grande problema que tem estado em discussão e que necessita de um estudo do atual sistema agroalimentar, pois, não garante o acesso, a distribuição adequada e nem à qualidade dos alimentos. O atual modelo do sistema agroalimentar proporciona grandes impactos a qualidade ambiental, bem como os impactos no âmbito social, seja na qualidade dos alimentos e no agravamento da fome ou no êxodo do campo (LANG; BARLING; CARAHER, 2009)

Entretanto, na atualidade, o interesse dos consumidores pela segurança e qualidade dos alimentos aumenta, no sentido de estarem conscientes da origem dos alimentos, da transparência e rastreabilidade nos processos produtivos, o que proporciona ainda mais espaço e oportunidade para que as pequenas e grandes empresas possam se inserir neste ambiente, que a cada dia se tornem ainda mais competitivas. O registro de indicações geográficas, a diferenciação dos produtos e as ações coletivas, são formas de valorizar o ambiente local, proporcionando melhores condições e

fortalecimento para o competitivo entre as empresas que atuam nos setores agroalimentares (FORSMAN; PAANANEM, 2002).

No Brasil, nos últimos anos, o sistema agroalimentar em redes alternativas, vem se destacando com grande participação no Produto Interno Bruto (PIB) com aproximadamente 20,6% (NUNES; CONTINI, 2000). O que mostra a importância de um alimento seguro e mais saudável para a economia brasileira.

De acordo com Wilkinson (1996), a qualidade dos alimentos é considerada por muitos como um fator de soberania quando relacionado à procura dos alimentos. A qualidade dos alimentos possui diversos critérios que são indicadores de qualidade e que ultrapassam a questão sanitária, mais que contribuem para o aumento de produtos com uma maior garantia de valor nutricional, qualidades regulamentares e organolépticas, ou seja, perceptíveis a visão, paladar, olfato e ao tato, além da qualidade cultural, social e ambiental (LAGRANGE, 1995).

A alimentação adequada é um direito básico do ser humano. Além disso, do ponto de vista sociológico, a alimentação é totalmente relevante, uma vez que as escolhas alimentares estão estreitamente relacionadas à identidade, o estilo de vida e a distinção entre as classes (BOURDIEU, 1993).

De acordo com Brasil (2006), é de total responsabilidade do poder público traçar medidas e adotar políticas públicas, projetos e ações que sejam desenvolvidas e que promovam a garantia e segurança nutricional e alimentar a sociedade. Além disso, deve-se respeitar a diversidade cultural e que sejam voltadas a fatores culturais, econômicos e sustentáveis ao desenvolvimento.

A agricultura familiar é um grande indicador de alimento com qualidade e isento de riscos nocivos à saúde do homem. Sendo que, os agricultores familiares são caracterizados por um modelo social específico de trabalho e de produção, além disso, consistem na relação de interação do grupo familiar, território, meio ambiente e produção (SCHNEIDER, 2016). Também atua como referência de geração de renda, preservação ambiental, diversificação de culturas e produtos heterogêneos (DEL GROSSI; MARQUES, 2010).

Na região norte, assim como no estado do Acre, as atividades de agricultura familiar em pequenas propriedades rurais são responsáveis pela maior percentagem da produção agrícola na região, contribuindo de forma significativa na geração de rendas e emprego. Para Bittencourt e Bianchini (1996), a agricultura familiar é considerada uma unidade, na qual a principal fonte de renda é a produção sustentada pelo

trabalho no ciclo familiar.

Dada a importância ao potencial da agricultura familiar, é essencial a criação de estratégias e manutenção destes grupos sociais, com incentivos de políticas públicas voltadas a construção do desenvolvimento rural e sustentável, sendo possível de ser compreendido em questão territorial, e que o maior desafio seja de criar condições para a sociedade valorizar o território em um conjunto de atividades que estejam integradas ao mercado (ABRAMOVAY, 1998).

A coexistência dos sistemas agroalimentares se torna ferramenta essencial e com grande potencial de crescimento a ser estudado, como fonte de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, utilizando como fonte os agentes promotores, ações e projetos outrora desenvolvidos pelo setor público, setor privado e o terceiro setor.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMA AGROALIMENTAR

A seção aborda o sistema agroalimentar baseado nos sistemas de produção que atuam no Brasil, situando dados relacionados a alimentação, estratégias e consequências para cada sistema de produção. Aborda em si, informações sobre o sistema agroalimentar dominante e o sistema agroalimentar localizado, de forma a viabilizar as cadeias curtas de produção de alimentos.

2.1.1 Sistema Agroalimentar Brasileiro

O ato alimentar possibilita a integração da cultura e da natureza no desenvolvimento de identidades culturais e sociais, expressando os modos de vida. Dessa forma, a alimentação ultrapassa os aspectos de valores nutricionais, pois, envolve cultura, envolve saberes herdado entre as gerações de um determinado modo de vida e integram as cadeias produtivas (PEREIRA, 2015).

O sistema agroalimentar parte do princípio de um conjunto de atividades que buscam estar diretamente integradas e que visam o cumprimento a função da alimentação dos seres humanos (SOLER, 2009). Para tanto, o sistema agroalimentar deve ser entendido como um todo e não de forma separada, pois, se faz necessário compreender de forma direta e absoluta o contexto das relações internas que possam envolver os distintos setores que atuam desde o setor da produção agrícola, da colheita até o setor de vendas, distribuição e comercialização dos produtos/alimentos.

Para Batalha (1997), o sistema agroalimentar é entendido como:

Um processo de concorrência das atividades que geram produtos para as agroindústrias, trabalhando desde a produção dos próprios insumos até a distribuição do produto para o consumidor final. Desta forma, entende – se que o sistema agroalimentar, de maneira específica, é integrado de empresas ou até mesmo firmas onde ocorrem serviços operacionais de transações nos diversos setores agroindustriais.

No setor agroalimentar, encontra – se grandes desafios no que se refere a competição no espaço global na produção de alimentos e pelas grandes organizações (COZZARIN; BARRY, 2000). As grandes empresas que com ramo voltado ao agronegócio, impuseram um padrão de dependência, isto, devido a um modelo de internacionalização da agricultura, originando a exclusão de muitos pequenos e médios produtores na cadeia de produção, devido a não atenderem as exigências de produção em larga escala, além da incapacidade de padronização dos processos de produção dos alimentos (REQUIER, 2002).

A modernização da agricultura, atualmente, passa por um processo contínuo, englobando a aderência de novas e modernas tecnologias, o que gera de um lado o grande poder financeiro e aquisitivo e, por outro lado, os grandes riscos à qualidade ambiental e ao meio ambiente. Tais riscos, são consequências de uso e de práticas de forma errônea, que utilizam de equipamentos que atuam com grandes riscos nas práticas de manejo e uso do solo, bem como nas culturas, nas queimadas, desmatamentos, rios, perda da agro biodiversidade, além da desertificação de espécies, solos totalmente erosivos e principalmente a contaminação dos recursos disponibilizados pela a natureza (FOLEY et al., 2011; STOCKING, 2003; BARBOZA et al., 2012).

O processo de globalização e a forma de intensificação de tecnologias impõe ao mundo e principalmente ao Brasil, diversas exigências para disputa no meio global. Essas exigências são especificadas de forma a integrar a competitividade nos fluxos internacionais, com estratégias sofisticadas de expansão de outros países, em particular os países do MERCOSUL (MACULAN, 1995; HOSKEN, 1998; DELFINO, 1999). Na atualidade, o cenário internacional é caracterizado por competitividade industrial e tecnológica, desse modo, os agentes que atuam em meio aos sistemas agroalimentares devem necessariamente se integrar e adequar ao mercado (CRIBB, 2000). Todavia, diversos desafios são encontrados e que devem ser enfrentados para a integração, nos quais destacam – se três: a redução dos custos de produção, a ampliação dos espaços de comercialização e o principal a garantia de produção com qualidade (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS, 1993; GREEN; ROCHA DOS SANTOS, 1993; GRAMACHO, 1998).

No Brasil, o sistema agroalimentar vem se destacando com participação de aproximadamente 20,6% do Produto Interno Bruto (PIB) (NUNES; CONTINI, 2000). A participação no PIB mostra o tão grande é a importância de um alimento seguro e mais saudável para a economia brasileira. O sistema agroalimentar

com toda a sua organização comercial e de produção ganha cada vez mais espaço no cenário nacional, bem como no segmento de exportações tendo um aumento significativo (JANK; NASSAR, 2000; SÁ et al., 2000).

O dilema que acompanha o sistema agroalimentar brasileiro, decorre de um conjunto de desafios identificados, no qual a necessidade de reestruturação da produção, a transformação e a conservação dos alimentos sem que tenha o aumento dos custos se torna o essencial impasse. No entanto, para o enfrentamento desse dilema, as mudanças devem ocorrer principalmente nos métodos praticados de produção dos alimentos (CRIBB, 2004).

Nesse contexto, Cribb (2004), mostra como alternativa a biotecnologia moderna como uma ferramenta essencial para as mudanças nos métodos de produção, pois, potencializa perspectivas novas de modo a viabilizar as soluções tecnológicas, atuando nos métodos de produção, transformação e conservação dos produtos ao consumo. Mas, apesar das variadas potencialidades que a biotecnologia moderna apresenta, observa – se que ela não está sendo beneficiada em posição de privilégio, principalmente por causa dos métodos de transgenia, assim, não se tornando entre as opções produtivas a mais procurada hoje pelos sistemas agroalimentares brasileiros (CRIBB, 2004).

Paralelo a grande importância e a evolução dos sistemas agroalimentares, vem se fortalecendo um modelo de uma grande reforma econômica, tendo como base a intensificação da participação do Brasil no mercado internacional (JANK; NASSAR, 2000). O processo de reestruturação da base econômica induziu a criação de duas forças. A primeira força é a mudança de forma crescente na configuração mundial, o que é caracterizada por englobar os mercados, e de fatores comerciais. Já a segunda força, interliga o ajuste da crise monetária as políticas (FRISCHTAK, 1994; MEYER, 1995; JANK; NASSAR, 2000).

No entanto, o que fica em evidência é a sequência da economia brasileira liberada. Essa evidência acarreta na diminuição da atuação do setor público na delegação de funções da produção, comercialização e distribuição dos produtos (FRISCHTAK, 1994; MEYER, 1995; JANK; NASSAR, 2000).

A globalização e a modernização da agricultura, em diversas regiões enfrentam desafios e resultados que não são desejáveis. Nos últimos anos, ocorreu mudanças da produção na agricultura produtivista para uma agricultura lógica de produção multifuncional, incorporada a uma demanda

diversificada, com oportunidades de transformações e alternativas para as áreas rurais, além da relação do homem com o ambiente para com o desenvolvimento nacional e regional (RODRÍGUEZ BORRAY, 2002). No setor agroalimentar, utilizar os recursos naturais para produção de alimentos, faz com que a agricultura multifuncional ganhe ainda mais relevância (MALAFAIA et al., 2006). Os aditivos específicos relacionados aos recursos naturais proporcionam aos consumidores a apreensão das características e de origens do alimento, ligadas muitas vezes a identidade cultural e ao ambiente (REQUIER, 2002). As relações que interligam as relações entre os produtores, os processadores, os transformadores, os distribuidores e também os consumidores entorno da dimensão social é considerado um ativo do território e do ambiente em forma de redes de ideias e questões fundamentais (REQUIER, 2002).

2.1.2 Sistema Agroalimentar Localizado

Geograficamente, a cooperação entre as empresas que fazem parte de um determinado grupo, com localização próxima e definitivamente aliada aos planos estratégicos presentes no território, proporcionam a criação de oportunidades e de novos espaços para organizar um ambiente globalizado e competitivo. As novas conquistas são facilitadas com o uso da concentração geográfica, e necessária uma coordenação que seja eficiente para garantir vantagens competitivas e desenvolvimento sustentável (SCHIMITZ; NADVI, 1999).

Nesse contexto, o conceito de território ganha importância, pois, engloba os aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e principalmente os aspectos socioambientais. No território, o compartilhamento de visões sobre as oportunidades, rotinas, hábitos e conhecimentos é realçado para que ocorram ações de forma coletiva em prol dos atores (LYNS, 2004; CÓRDOVA, 2003).

Na perspectiva de desenvolvimento local, o território é abordado de acordo com três dimensões que se complementam, sendo: o território como espaço físico, como articulação de atores e como um aspecto histórico e cultural. O território, considerado como um espaço físico, está diretamente relacionado as regiões e o lugar para que ocorra o desenvolvimento das políticas estabelecidas. Na articulação de atores, o território tem ênfase na dinamicidade da realidade de relações, que são construídas com o tempo, onde, os atores/agentes intervêm com imposições lógicas de produção. A

última dimensão de território relaciona – se com a construção e a coletividade de práticas, costumes, rotinas e também de experiências na diferenciação de produção (CÂNDIDO; MALAFAIA; REZENDE, 2012).

Partindo deste princípio, em uma visão sistêmica o conceito desenvolvido por Requier (1999), vincula as atividades da agricultura aos territórios que sejam específicos e que integram dimensões relacionadas ao ambiente, ao desenvolvimento rural e a qualidade dos alimentos. A investigação da integração entre desenvolvimento e sistema agroalimentar local e também a dinâmica do território, incorporam e dão mais amplitude ao conceito do que se trata o sistema agroalimentar Local (SIAL), estando diretamente interligado ao sistema de produção local e que tem grande impacto socioambiental (REQUIER, 1999; BOUCHER et al., 2000).

Lyns (2004), aponta em sua visão que o conceito de território é por extensão, colocar em primeiro lugar a territorialidade, adjunta de ativos específicos, sendo difíceis de serem encontrados com características semelhantes em outro local. Mediante, entende – se por ativos específicos os recursos que se tornam essenciais e que estão disponíveis no território para a realização das atividades produtivas, sendo caracterizados com o uso de conhecimentos e saberes locais e de identidade sociocultural (LYNS, 2004).

O sistema agroalimentar regional ou localizado é definido em duas visões, sendo a primeira como uma “organização de serviços e produção”, o que é relacionado a tudo que engloba a produção, as empresas agroalimentares, as unidades de distribuição e comercialização, por sua vez associados ao funcionamento e utilização de um território específico (PECQUEUR, 2009). A segunda visão deste sistema é a parte que combina o território ao meio ambiente, ao homem, aos produtos, as técnicas e os comportamentos alimentares, dessa forma, produzindo um modelo de organização agroalimentar em uma rede específica e em escala específica (AMBROSINI et al., 2008).

O espaço do sistema agroalimentar localizado não é caracterizado apenas por ser um espaço geográfico, mas sim, como um local de construção coletiva, e interações entre o ambiente/território e a cadeia de produção, visando a produção, distribuição e consumo de determinado produto. Dessa forma, os ativos específicos supracitados se tornam mais notáveis, principalmente, na diferenciação que o território pode apresentar, sendo assim, ponto fundamental de interesse entre os agentes diretos que atuam para sustentação do sistema agroalimentar local (LYNS, 2004).

Para Requier (2002), os sistemas agroalimentares localizados são locais onde pequenas empresas se concentram para mudar o produto agroalimentar. Estes locais possuem as seguintes características: produtos onde a qualidade é interligada ao território; buscam recursos comuns a disposição dos agentes desse sistema; realizam produção de forma coletiva fazendo uso de bens privados e públicos, além disso, podem ser identificados em vários países e regiões.

Todavia, o sistema agroalimentar localizado, apresenta a características de oferta dos produtos, tendo como base a origem como um forte indicador de qualidade. A produção é realizada localmente e associadas às famílias e a relação de segurança, confiança e de produção alternativa e age de modo social no que tange a alimentação saudável (CASSOL, 2013; CRUZ, 2012).

De acordo com Holloway e Kneasfsey (2004), existe uma “virada de qualidade”, que beneficia os consumidores e também os produtores e que está diretamente associada as redes alimentares alternativas. As relações que são estabelecidas entre os produtores, os agentes, os distribuidores e o consumidor final no que tange o social e a qualidade, é considerado um fator de construção no território específico, sendo que, diante do que é traçado como qualidade de produto/alimento é originalmente ligada ao território (REQUIER, 2002).

O sistema agroalimentar nas redes alternativas causa a aproximação do consumidor com o produto/alimento, a relação de confiança e qualidade (MALAFAIA et al., 2006). Os consumidores acabam se tornando mais valorizados diante dos produtos que compram, pois, o alimento está inteiramente relacionado a origem do ambiente, o local de produção, o modo de produção, a qualidade do alimento, além de estar ligado a identidade cultural visando a qualidade (MALAFAIA et al., 2006).

Uma forma de aproximar os produtores dos consumidores diante dos sistemas agroalimentares é por meio de cadeias alimentares ou agroalimentares curtas. De acordo com Marsden; Banks; Bristow (2000), essas cadeias curtas buscam definir a inter-relação que existe entre o produtor e o consumidor, aplicando mais transparência na origem do alimento produzido. Isso vai a contraposição à logística utilizada nas cadeias industriais, que são longas e mais complexas (MARSDEN; BANKS; BRISTOW, 2000).

Os sistemas agroalimentares alternativos, surgem em contrapartida para suprir as lacunas deixadas pelo o modelo de produção convencional, buscando a conexão estabelecida entre quem produz e quem consome os alimentos. Isto ocorre por meio

de uma lógica de aproximação e de localidade (FORNAZIER; BELIK, 2013). Além disso, fica claro o fortalecimento da economia local, devido à relação do comércio com o produtor. Isso ocorre, principalmente, devido a esses sistemas agroalimentares que se apresentarem como uma alternativa da cadeia de suprimentos das indústrias globais, refletindo a um alimento com características do local, produzido de forma natural e confiável (AGUIAR; DEL GROSSI; THOMÉ, 2018).

As cadeias agroalimentares locais e curtas são alternativas viáveis para a produção com segurança, no entanto, apresentam dois problemas perante aos agricultores. O primeiro problema relaciona – se com o aumento dos custos de produção, uma vez inseridos na globalização, se tornam dependentes de uso de insumos, o que de acordo com Ploeg (2008), se deparam com a *profit squeeze*, tendo a compressão de lucro, dessa forma, os custos de produção aumentam gerando problemas rentáveis aos agricultores.

Adiante, o segundo problema encontrado para as cadeias curtas de produção está associado as mudanças de padrões da sociedade. Essencialmente nos padrões de alimentação, o que foi denominado por Goodman (2003), como a virada de qualidade, o que acarreta em se preocupar com a segurança dos alimentos, se contrapondo ao modelo de produção e consumismo generalizado a globalização, a economia e as cadeias agroalimentares longas.

2.2.3 Sistema Agroalimentar Dominante (impérios alimentares)

A alimentação possibilita a integração entre a cultura e a natureza nas construções culturais, ambientais, sociais, em identidades e principalmente na expressão dos variados modos de vida. O ato alimentar ultrapassa os aspectos de nutricionais e engloba a cultura, o que fazer e o saber fazer, passado entre gerações constituintes de certo modo de vida (PEREIRA, 2015).

Um novo modo de vida e de ordenamento, passa a reorganizar de forma progressiva as construções de identidades, sociais e culturais para com o meio natural, ou seja, a natureza, assim, possibilitando novas formas de serem controlados e centralizados massivamente, estes conjuntos o autor Ploeg (2008) denomina de impérios alimentares, sendo que os mesmos exercem um:

[...] controle 'imperial' direto e crescente sobre a produção e o consumo de alimentos. O capital (ou seja, o valor que é incrementado através da produção da mais-valia) se torna o novo modo de ordenamento dominante para a estruturação da produção agrícola [...] (Ploeg, 2009, p. 22).

Os impérios alimentares tangem a forma de organização dos sistemas agroalimentares que por sua vez são chamados de sistemas agroalimentares dominante. Estes sistemas dominantes são caracterizados pela a interação com o mercado global, que comanda tanto a produção quanto a comercialização da agricultura, das indústrias de insumos, de processamento e até as cadeias de distribuição dos alimentos, assim, tornando tudo mais difícil para os pequenos agricultores locais, seja durante a produção familiar e até mesmo nas vendas de seus produtos aos consumidores (PLOEG, 2009).

Segundo Delgado (2012), durante muitos anos, diversos analistas estudaram a forma de comportamento das commodities agrícolas do mercado internacional, e na primeira década do século XXI, os analistas perceberam que a crise agrária e alimentar já estava ocorrendo. Diversos países possuem grandes potenciais de produção, a modo de garantir a segurança alimentar, no entanto, os pequenos agricultores e camponeses não tem acesso e nem uso da terra para produzir, todavia, a agricultura empresarial ainda detém da maior parte da terra, com processos produtivos "gerando mercadoria e não alimento".

Ploeg (2008), ressalta que existem dois modelos para os sistemas agroalimentares; o modelo voltado para os circuitos regionais e descentralizados e o modelo de produção dominante. O sistema agroalimentar dominante busca estar sempre no topo, sendo um sistema centralizado na produção e na comercialização dos produtos para se manter na escala global de grande produção, estabelecendo uma ordem dominante, o que é definido por Ploeg como o "Império alimentar". Já o sistema agroalimentar regional e descentralizado é o sistema que possui o vínculo de produção e de consumo, o que descentraliza a comercialização em larga escala.

O sistema agroalimentar dominante (Impérios alimentares) é o que está diretamente interligado aos mercados, tratando o produto de forma mais capitalista, o que

acarreta na manipulação do alimento. Além disso, este sistema atrai muito o fator financeiro o que por sua vez acaba desfocando a ideia de uma alimentação saudável como um direito fundamental da população. Assim, é nítido que o atual sistema agroalimentar dominante rege, bem como manipula a comercialização e a distribuição dos alimentos (PLOEG, 2008).

Pesquisas apontam que a governança adotada pelos impérios alimentares ou sistema agroalimentar dominante, possuem em sua estrutura o sistema *spot* (CALEMAN, et al., 2008; PASCOAL et al., 2011; CALEMAN; ZYLBERSZTAJN, 2012; CARRER et al., 2014). O que caracteriza a comercialização pelo uso de commodities, tendo em vista, que as taxas de preços são definidas pelas indústrias de serviços, usando a lei da oferta e demanda (PASCOAL et al., 2011; CALEMAN; ZYLBERSZTAJN, 2012).

Nos sistemas agroindustriais, a relação de compradores/consumidores e produtores são relativamente caracterizados por formas de oportunismo. A base dos sistemas atuais são os lucros rápidos, ou seja, em curto prazo, visando sempre a lucratividade com os produtos (FERREIRA; PADULA, 2002; BUAINAIN; BATALHA, 2007; SAAB et al., 2009; PASCOAL et al., 2011; OLIVEIRA et al., 2015).

Por tanto, de acordo com Ploeg (2008), no contexto da globalização no qual a sociedade é inserida, é nitidamente notável os verdadeiros impérios alimentares. Traçado de sistemas capitalistas, que contribuem diretamente para que ocorra a homogeneização das culturas, além da diversidade utilizada para a base alimentar. Os povos que vivem nas grandes cidades, apresenta totalmente uma dependência. Em contrapartida, os povos que vivem no campo são caracterizados por apresentar força e resistência na era que toma conta da maior parte do mundo, a globalização, utilizando a terra como foco central de aquisição material e como simbologia (PLOEG, 2008).

O autor ainda afirma que os agricultores por viverem no campo, não estão isentos da pressão que o sistema agroalimentar dominante exerce sobre os mesmos. Os agricultores lutam bravamente por autonomia e por desenvolvimento, isto, dentro do contexto de dependência que é múltiplo e pelo processo de marginalização e exploração dos que compõe o sistema, ou seja, os impérios alimentares e os agricultores sempre estarão em conflitos e em contradição, independentemente do local que os mesmos se localizem (PLOEG, 2008).

O setor agroalimentar no que tange os impérios alimentares, de acordo com

Niederle (2008), é materializado por meio de cadeias produtivas globais, desconectando quem produz de quem consome, e também desconectando a produção em larga escala dos agroecossistemas locais. Partindo desse princípio, toda a relação de confiança uma vez estabelecida entre os produtores e os consumidores é totalmente substituída, tendo em contrapartida riscos alimentares, normas e formas de procedimentos que homogeneízam e não garante segurança dos alimentos (NIEDERLE, 2008).

A exclusão de fatores econômicos importantes é aprofundada por Ploeg (2008). O autor menciona que os impérios alimentares geram crises que são constantes na agricultura, sendo um modo de organização que tende a sempre ser dominante entre os mercados globais e a produção, bem como a comercialização, indústrias de processamento e as cadeias que englobam os mercados de produtos.

Dessa forma, é nesse sentido, que a agricultura deixa de ser um setor voltado ao alimento e passa a ser tratada como uma simples forma de mercadoria, voltada a produção mundial de forma a não garantir a segurança alimentar. No entanto, Ploeg (2009), afirma que, os sistemas agrícolas são resultantes de três arranjos, sendo: o arranjo político econômico, tendo uma produção totalmente capitalista; arranjo da agricultura empresarial e também o arranjo da agricultura camponesa ou familiar. A diferença apresentada pelo autor entre o arranjo empresarial e o camponês é do grau de autonomia e a base dos recursos (PLOEG, 2009).

Assim, com toda a estruturação do sistema agroalimentar dominante, e/ou impérios alimentares, a agricultura familiar é quem recebe prioritariamente as consequências do setor. A dificuldade de se inserir no mercado competitivo aumenta para os agricultores familiares, tendo em vista, que isto ocorre desde a década de 1950, que desde então, passa por debates, por criação de leis e por aprovação dos mercados, além disso, inseri as políticas públicas com a preocupação dos extensionistas e sociólogos, considerando um setor que pode ser a resposta para as gerações futuras.

2.2 AGRICULTURA FAMILIAR

2.2.1 Agricultura Familiar no Brasil

A economia dos países engloba o setor primário, setor secundário e setor terciário. Diversas são as áreas que encontram – se nesses setores, sendo que, a agricultura é inserida dentro do setor primário, e que compreende as variadas atividades agrícolas, pecuária e extrativista.

Todavia, a agricultura pode ser definida através de um conjunto de técnicas que são utilizadas para cultivo de culturas, e objetivo de obter fibras, energia, alimentos, matéria – prima, medicamentos. A agricultura de acordo com Lima (2019), há mais de 10 mil anos é colocada em prática e teve origem no período neolítico, a princípio em regiões com pouca população e pouco extenso (LIMA, 2019).

A origem do termo “agricultura familiar”, surgiu na década de 1990 no Brasil, neste impasse, o país lutava e sofria uma grande pressão dos movimentos, e especial dos movimentos sociais, movimentos agrícolas produtores de pequeno porte, em foco principal para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras, o MST. Entretanto, a sociedade lutava através desses movimentos em busca de valorização, seja na valorização de classe ou reivindicando soluções voltadas para o comércio e a diminuição dos valores dos alimentos que eram os principais produtos voltados para a exportação (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2017).

A agricultura familiar é praticada há muitos anos, e desde o Brasil Colônia passa por um longo processo histórico. Os primeiros agricultores familiares conhecidos naquela época foram os índios, os europeus que não pertenciam a coroa dos favorecidos e os negros. A agricultura praticada por estes era chamada de agricultura de subsistência, pois, trabalhavam em prol da comunidade local. Isso ia à contramão do modelo agrário de exportação daquela época, assim, o modo de organização de produção na forma de fazer agricultura é herança principalmente da cultura indígena e dos negros (BRASIL, 2002).

O conceito traçado para a agricultura familiar na literatura é abordado de uma forma polêmica, contudo vale ressaltar um denominador comum aos diversos conceitos definidos para agricultura familiar, sendo este denominador a utilização da mão de obra familiar, o conceito deve ir além de uma simples definição sobre o que e quem pode estar inserido na agricultura familiar, como afirma Schneider (2006):

[...] o estudo da agricultura familiar requer uma análise sociológica multidimensional sobre a diversidade das formas sociais familiares, que pode começar pelo estudo da organização do trabalho e da produção e sua relação com a natureza, mas passa pelo entendimento dos mecanismos de construção das estratégias de interação com o ambiente social e econômico e reclama a compreensão dos aspectos culturais e simbólicos que caracterizam as suas relações domésticas (parentesco, gênero etc.) assim como os múltiplos meios de exercício da ação política.

Partindo do princípio, do denominador comum entre os termos conceituais para a agricultura familiar, que exige que tenha a presença de um membro familiar no meio das atividades como trabalhador, assim:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3).

Existem diferentes concepções e opiniões sobre a definição do conceito de agricultura familiar e a sua importância para a sociedade. No entanto, parte do pressuposto que na agricultura familiar, a produção, a propriedade das terras e a forma de trabalho estão diretamente interligadas, de forma a garantir os subsídios e sustento do ciclo familiar, isto, mediante a proporção da produtividade da terra (LAMARCHE, 1993).

Corroborando, o autor Ploeg (2014), descreve que a agricultura familiar representa uma forma pela qual as pessoas estão inseridas no meio para cultivar e conviver. A realidade desse segmento, ou seja, a realidade dessa forma de produção vai além dos dois principais aspectos que são utilizados para descrevê-las, sendo a família como proprietária das terras e trabalhos realizados por pessoas que fazem parte do ciclo familiar, passando ser uma forma de vida.

Adiante, deve ser levado em consideração, a relação que a agricultura familiar é tratada no que diz respeito aos sinônimos que esse modelo recebe, sendo tratado muitas vezes, de pequena produção, agricultor de pequeno porte, agricultura de renda

baixa, agricultura em pequena escala, agricultura de subsistência e também agricultura campesina (DENARDI, 2001). Nitidamente, percebe – se o quanto é difícil traçar um conceito para este modelo de agricultura devido às variações de conceitos e sinônimos.

Fernandes (2001, p. 29) elucida que os teóricos da agricultura familiar defendem:

[...] que o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal.

A agricultura familiar pode ser identificada com o uso de critérios pré-estabelecidos e definidos em legislação específica, dada pelo Art. 3º da Lei 11.326 de junho de 2006:

Art. 3: De acordo com a Lei 11.326, também podem ser considerados agricultores familiares os seguintes grupos rurais: os extrativistas; os quilombolas; os indígenas; os pescadores artesanais; os aquicultores; os assentados da reforma agrária; e os silvicultores.

De acordo com Guanzirolí et al. (2001), os países que possuem os melhores indicadores de desenvolvimento humano (IDH), desde os Estados Unidos até o Japão, que são países capitalistas e desenvolvidos, possuem a agricultura familiar como aspecto em comum, uma agricultura que foi fator essencial para a economia, seja na transição da economia de base rural para a economia de base urbana (Indústrias), assim, contribuiu para que a economia fosse estruturada de forma mais dinâmica e que a sociedade fosse mais equitativa.

O histórico da agricultura familiar nos países desenvolvidos e capitalistas, serviu para observar o grande contraste, sendo que, aconteceram diversas quedas socioeconômicas e desequilíbrios ambientais, o que pode estar diretamente associado à forma que a modernização da agricultura, a forma da introdução de indústrias que esses países adotaram (GUANZIROLI et al., 2001).

A estratégia usada por países em desenvolvimento para a modernização da

agricultura, para Guanziroli et al. (2001), apresenta duas razões: a primeira é a necessidade de ter a maior concentração de terras nas mãos das oligarquias, a segunda razão desenhou a agricultura familiar com um papel de pouca expressão quando se falava no desenvolvimento e crescimento da economia, uma vez que o que esses países mais almejam é um país com grande capital, o que fez com que a agricultura apresentasse um modelo novo de produção, onde a agricultura financiava a industrialização, como também fornecia mão de obra barata o que gerava ainda mais lucros, além das exportações de produtos.

A atividade de Agricultura Familiar faz parte do processo produtivo do país desde o início da ocupação do território brasileiro, sendo por muito tempo chamado de agricultura de subsistência (MATTEI, 2014). A agricultura familiar é bastante heterogênea, tanto em termos de disponibilidades de recursos, acesso ao mercado, como na capacidade de geração de renda e acumulação.

Na região norte, assim como no estado do Acre, as atividades de agricultura familiar em pequenas propriedades rurais são responsáveis pela maior percentagem da produção agrícola na região, contribuindo de forma significativa na geração de rendas e empregos.

Conforme Bittencourt e Bianchini (1996), a agricultura familiar é considerada uma unidade pelo qual a principal fonte de renda é a agricultura sustentada pelo trabalho dos próprios membros da família. Na necessidade de aumentar a quantidades de alimentos produzidos pela agricultura familiar, faz-se necessário o uso de alguns serviços, destacando-se o serviço de assistência técnica e de extensão rural, que contribui significativamente com este segmento para que alcance boa produção e melhorias na vida das famílias dos produtores.

Para Schneider (2016), os agricultores familiares eram caracterizados por uma forma de trabalho e produção específica de forma social, localizados em espaços definidos e que a agricultura consiste na participação de determinados grupos familiares durante o trabalho na terra e com a terra e principalmente as formas de produção.

A agricultura familiar além de ser uma forma social de trabalhar, também atua diretamente como a fonte de empregabilidade no campo, no abastecimento dos mercados locais e internos, na geração de renda, na preservação da qualidade ambiental, na diversificação na produção de culturas e na heterogeneidade dos seus produtos (DELGROSSI; MARQUES, 2010).

No Brasil, os estabelecimentos agropecuários apresentam cerca de 84,4

% o segmento da agricultura familiar, o que corresponde a aproximadamente 4,4 milhões de estabelecimentos, isto, de acordo com o censo agropecuário de 2017. Este segmento, atualmente, emprega um total aproximado de 10 milhões de empregos aos indivíduos, o que representa um total de 67 % de pessoas empregadas no campo (IBGE, 2017).

Atualmente, no Brasil a agricultura familiar é o fator determinante para a base econômica de municípios que possuem população igual ou menor que 20 mil habitantes, sendo responsável por um percentual de aproximadamente 90% da economia, além de ter responsabilidade também no PIB, com 35% no país (IBGE, 2017). Tais dados mostram o quanto é importante o setor agropecuário, mais especificamente a agricultura familiar tem para a economia brasileira, mostrando o quanto o Estado deve dar mais subsídios e atenção, buscando a expansão no país.

De acordo com o relatório *The State of Food and Agriculture*, no ano de 2014 no mundo existe um total aproximado de 500 milhões de pessoas que trabalham com a agricultura familiar e são responsáveis por produzirem mais de 80 % dos alimentos, assim, colocando a agricultura familiar em destaque, uma vez que se tem a garantia da diversificação de alimentos e principalmente a segurança alimentar e nutricional (FAO, 2014; GRAEUB et al., 2016).

Segundo dados da FAO (2018), a produção mundial de alimentos, em torno de 80% é advinda da agricultura familiar, sendo responsável por cerca de uma ocupação de 85% das terras cultivadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Mas ainda com destaque para o Brasil, 80% da produção agrícola é do tipo familiar, e diante deste cenário brasileiro o país ocupa a 8ª colocação como produtor de alimentos, voltados ao segmento da agricultura familiar.

Discutindo sobre a agricultura familiar, o autor Abramovay (1992), salienta que este modelo de agricultura estudado encara o seu processo de destruição dentro do mercado capitalista, uma vez que essa categoria apresenta heterogeneidade, representada por assentados, posseiros e donos de pequenas propriedades. O mercado capitalista, não foi o principal responsável pela recriação da agricultura familiar, mas sim, as lutas dos movimentos sociais à frente no processo de acesso e uso das terras no país (FERNANDES, 2003).

Para Assis, Priori e Franceschini (2015), a agricultura por muito tempo foi vista

como uma agricultura de subsistência. No entanto, hoje, apresenta características relevantes e fortes dados, sendo que de acordo com o IBGE (2017), a agricultura familiar foi responsável por 70% da produção de feijão, 21% de arroz, 87% de mandioca, 46% de milho, 60% de leite, 30% de carne bovina, 50% de carne de aves e 59% de carne suína.

Entretanto, os números adquiridos com este modelo de agricultura mostram o quanto é perceptível o poder de produção da mesma, bem como também a importância das políticas públicas que assegurem o segmento e expansão e inclusão econômica na vida das pessoas. As políticas públicas, além de proporcionar desenvolvimento rentável, apresentam também importância para garantir a segurança alimentar, o desenvolvimento local sustentável e a participação da sociedade, estabelecendo assim, objetivos em prol de mudanças relacionais (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2015).

No final do século XX, a agricultura familiar sofreu resistência com a formulação de políticas públicas que foram direcionadas ao setor de produção. A partir da década de 1940, durante o período pós-guerra, as políticas que outrora foram utilizadas para nortear a modernização voltada para a produção agropecuária, com foco total no crescimento produtivo com o avanço de tecnologias. As políticas adotadas tinham a princípio como público alvo, os produtores de grande porte, com maiores capitais, tendo em vista os valores altos para o incremento das mesmas, uma realidade totalmente equivocada da maioria dos produtores familiares (FERREIRA; SILVEIRA; GARCIA, 2001).

A agricultura familiar no Brasil, se apresenta de forma diversificada, pois além de incluir as famílias que moram e vivem em pequenas propriedades, muitas vezes em condições de pobreza, inclui também os grandes donos de terras que atuam no agronegócio com rendas superiores a linha da pobreza, mas, é necessário saber diferenciar o são agricultores familiares e o que a agricultura familiar pode trazer como potencialidades de uma agricultura que seja mais alternativa para o desenvolvimento e modernização do segmento (BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2006).

A diversificação produtiva e a interação com o território e com o meio ambiente estão relacionadas com o local, que de certa forma oferece um a melhor condição e qualidade tanto ao meio ambiente quanto para as famílias que ali trabalham, sem ter necessidade de sair do campo para buscar nas grandes cidades e muitas vezes perder a conexão como campo e com a família (SANTOS; ARAUJO; MAIA, 2012).

É essencial que sejam criadas estratégias e formas de manutenção para a agricultura familiar se manter no topo das agriculturas e que seja reproduzida direcionada também ao desenvolvimento rural mais sustentável, uma vez que o desenvolvimento rural aborda um quadro de território, onde o maior desafio seja integrar condições para que a sociedade valorize o determinado território de forma conjunta e de forma variada e diversificada com segurança (ABRAMOVAY, 1998).

Para Maluf (2004), baseando – se nesses fatores, argumenta que a agricultura familiar é de fato o que convém a ocupar os espaços sociais, o espaço rural/agrário, onde necessariamente, os pequenos produtores promovem a igualdade e a equidade, além da inclusão social com mutualidade, de forma diversificada e sustentável ao desenvolvimento da sociedade.

2.2.2 Soberania e Segurança Alimentar

Ao longo da história da humanidade os sistemas alimentares evoluíram e se diferenciaram, com a circulação dos alimentos em sistemas locais e em baixa escala, abastecendo mercados locais, povoados e suas próprias casas, devido ao crescimento populacional dos grandes centros urbanos, teve também o aumento da produtividade, assim, a modernização da agricultura entrou no entrave de produzir em grande escala, mas sem pensar no futuro do meio ambiente e da sociedade (PRETTY et al., 2005).

O surgimento das grandes indústrias das redes de alimentos, redes de varejos, atacados e intermediários á primeiro momento foram visto com bons olhos, pois, a população crescia e os grandes centros cada vez amais lotados precisavam ser abastecidos de forma ágil e que não tivessem limitações em relação a logística nas distribuições, mas com o passar dos anos, é possível perceber que essa modernização desenfreada já causa danos a qualidade de vida da população (PRETTY et al, 2005; PLOEG, 2008; McMICHAEL, 2009).

A forma de se alimentar passou por grandes modificações até os dias atuais, isto, decorrente do modo de vida e como essa modificação sofreu influência da sociedade atual, chamada por muitos autores de sociedade de consumo, sendo que, houve a substituição dos alimentos que outrora eram enraizados de uma cultura, em

uma produção local e familiar por alimentos industrializados e globalizados, sem garantia alguma de qualidade alimentar e segurança alimentar, além de não possuir de forma alguma estratégias de consumo que possam garantir o alimento a todos (POULAIN, 2004).

Todavia, neste contexto, a soberania alimentar trata – se do direito que cada país ou região detêm de definir suas próprias políticas de produção e estratégias de consumo e distribuição voltadas a sustentabilidade, garantindo o direito de uma alimentação com qualidade e segurança para toda a população. Respeitando as diversidades e as variadas características e costumes culturais dos povos (CONSEA, 2004).

A soberania alimentar, possibilita em contraponto ao conceito de segurança alimentar proposto pela a FAO no ano de 1974, após redefinido no ano de 1996, assim, foi proposto um conceito de soberania alimentar pela a Via Campesina, definido como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito a alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais [...] (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001, apud Campos, C; CAMPOS, R., 2007, p.7).

Os alimentos devem ser produzidos de acordo com os recursos naturais que a natureza fornece para cada povo (CONTI, 2009). Nesse contexto, pode – se dizer que, a soberania alimentar também atua no direito de que toda a sociedade, povos sejam capazes de participarem das decisões que venham ser tomada em seus países, isto, relacionado à transformação, produção e consumo dos alimentos produzidos, fazendo assim, com que todas as cadeias de produção possam estar em comum acordo e equilíbrio, além da sintonia das diretrizes e princípios dos direitos humanos de cada país, respeitando a diversidade e os costumes de cada povo (CONTI, 2009).

Assim, a ressignificação do conceito do que é soberania alimentar, pode ser compreendido pela a população como o poder de decidir sobre suas atitudes e a si mesmo, em diferentes escalas e dimensões. A soberania alimentar proporcionou a forma de pensar e a construção de uma nova soberania, que outrora esteja relacionada com os critérios econômicos, tecnológicos, políticos e ambiental assim são compreendidos que a forma como a soberania alimentar é colocada para o povo, é uma luta constante dos camponeses contra os impérios alimentares (AGUINAGA, 2010).

O alimento é definido pela a ANVISA, sendo toda mistura de substâncias líquidas, sólidas ou pastosas ou até mesmo qualquer outra adequação as mesmas, com o intuito de fornecer ao ser humano os elementos necessários para a sua formação, manutenção e desenvolvimento do organismo (ANVISA, 1969). Todavia, o alimento deve seguir normas e diretrizes para que atendam as expectativas de quem os compra e os consome, devendo estar totalmente isento de materiais/substâncias que possam corroborar para algum mal ao consumidor, desta forma garantindo assim a maior qualidade e segurança dos alimentos.

Para Wojslaw (2014), a segurança dos alimentos é uma forma de garantir à disponibilidade de alimentos livres de substâncias que não são desejáveis a saúde do consumidor. A proteção e preservação da saúde dos seres humanos é um dos objetivos da segurança de alimentos, garantindo que possíveis perigos que o alimento venha a apresentar não se adequem. Tais perigos, podem se apresentar como físico, químicos e biológicos, advindos de diversos locais e que podem se aderir aos alimentos devido à aquisição de matéria prima até aos processos de produção, entretanto, a segurança alimentar atua na aplicabilidade e rastreabilidade desses alimentos (WOJSLAW, 2014).

A segurança alimentar, é relacionada diretamente com a forma de garantir o acesso e o consumo de alimentos seguros para a nutrição dos seres humanos. No meio Nacional, a segurança alimentar é preconizada pelo o Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (MAPA) e também ao Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), já no âmbito internacional, são os as entidades e os órgão que asseguram a segurança alimentar, tais como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização para Agricultura e Alimentos (FAO), órgãos que preconizam a segurança alimentar no Brasil e no outros lugares do mundo (MAIA E DINIZ, 2009).

A globalização, fez com que existisse a busca de conciliar a qualidade dos alimentos com a produtividade, isto, a partir da diminuição dos desperdícios, na ineficiência dos processos de produção. Nos mercados a competitividade é muito grande e os consumidores finais estão ficando cada vez mais conscientes dos direitos quanto a qualidade dos alimentos e a rastreabilidade, sendo uma condição para que ocorra a manutenção dos produtos e a adoção de estratégias mais eficiente para controle (MENDONÇA, 2005).

O mercado internacional e também o mercado nacional, coloca pressão para a exigência de altos padrões para que ocorra a aceitação dos produtos, podendo sofrer sanções legais diante de produtos irregulares, podendo ter como consequência a perda da competitividade e até mesmo o fechamento de indústrias de alto padrão pelos descumprimentos traçados em lei (MENDONÇA et al., 2004).

As normas para a segurança alimentar são totalmente reconhecidas no âmbito internacional, e que estão relacionadas a gestão das indústrias de alimentos, onde, se baseiam no atendimento das legislações em vigor, bem como na segurança alimentar, principalmente quando o foco das indústrias é a exportação, tendo em vista que o alimento tem que atender todos os requisitos de segurança, qualidade, preservação e condições viáveis de conservação para ter a garantia de uma alimentação segura (MENDONÇA et al., 2004).

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral:

- ✓ Avaliar os processos que potencializam os sistemas agroalimentares, através de seus agentes promotores, projetos e ações, tendo em vista o fortalecimento da agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

3.2 Objetivos Específicos:

- ✓ Realizar levantamento dos agentes públicos, privados e do terceiro setor que atuam na agricultura do município de Cruzeiro do Sul;
- ✓ Investigar ações e projetos desenvolvidos pelos agentes no fomento da agricultura;
- ✓ Identificar a rede de trabalho e colaboração entre os agentes promotores da agricultura;
- ✓ Caracterizar potencialidades e limitações para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município;
- ✓ Apontar estratégias para o fomento e melhoria dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Nessa seção será abordado as informações necessárias para a coleta de dados, abordando as caracterizações da projeto de pesquisa, caracterização da área de estudo e as metodologias utilizadas, bem como a realização das análises dos dados coletados.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA

A pesquisa trata – se de um estudo descritivo com abordagem qualitativa. No estudo descritivo, é realizado a observação dos fatos, posterior registrados, analisados e logo, classificados e interpretados. Esse tipo de estudo, consta de técnicas padronizadas nas coletas de dados e observação nos locais de estudo (LACERDA, COSTENARO, 2016).

A abordagem qualitativa enfatiza as qualidades, processos e significados que outrora não pode ser tratados e medidos de forma experimental em termos de abordagens quantitativas (LACERDA, COSTENARO, 2016; MINAYO, 2014).

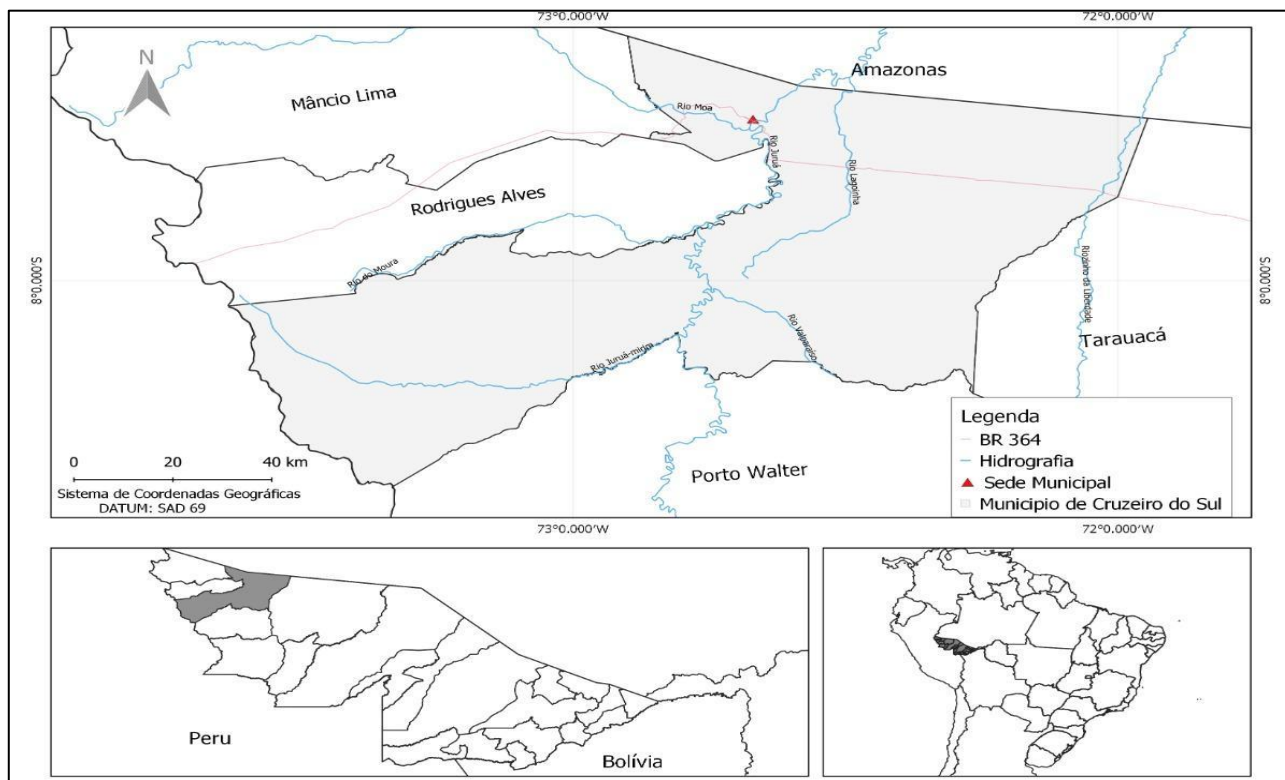
4.2 ÁREA DE ESTUDO

4.2.1 Caracterização do Município de Cruzeiro do Sul

O projeto de pesquisa foi executado no município de Cruzeiro do Sul, situado no setor noroeste do Estado do Acre, Brasil (Figura 1). O Estado do Acre encontra - se localizado na região mais Ocidental da Amazônia, fazendo divisa com os municípios de Mâncio Lima, Porto Walter, Rodrigues Alves, Tarauacá e limite internacional com o Peru (BARDALES et al., 2020).

Tal município foi fundado no dia 28 de setembro de 1904 e possui uma área total correspondente a cerca de 8.779,348 km², com uma densidade demográfica de 8,94 hab/km². Além disso, Cruzeiro do Sul está inserido no bioma Amazônico e possui uma população estimada de 81.516 mil habitantes, sendo a zona urbana constituída por 55.259 pessoas e a zona rural composta por 23.185 pessoas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017).

Figura 1: Localização da área de estudo, município de Cruzeiro do Sul, Acre 2022



Fonte: Dheme Rebouças

4.2.2 Clima e Solo

Segundo a classificação climática de Köppen-Geiger, o clima do município de Cruzeiro do Sul é do tipo equatorial, quente e úmido Af, apresentando chuvas bem distribuídas ao longo do ano e, praticamente ausência de estação seca, destacando - se ainda por possuir altas temperaturas, precipitação pluviométrica média anual de 2100 mm e uma elevada umidade relativa do ar, com índices superiores a 80% ao ano (PEREIRA; ANGELOCCI; SENTELHAS, 2002).

A temperatura média anual se encontra em torno de 24,5°C e a máxima situa - se ao redor de 32°C, sendo estas distribuídas de forma uniforme para todo o estado (ACRE, 2010). De acordo com Amaral et al. (2012), os solos do estado acreano possuem origem recente, sendo as suas características químicas e físicas bem peculiares em decorrência deste fato.

No município de Cruzeiro do Sul, Acre, ao Leste e Sul, predomina a formação

Solimões inferior, ou seja, com rochas sedimentares geralmente do tipos de Argilito, Siltito e Arenito, assim, na região Oeste, predomina a formação Cruzeiro do Sul, apresentando sedimentos arenosos e solos que são endêmicos a região Amazônica (BARDALES et al., 2020).

5.2.3 Vegetação

A vegetação no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre é composta por variadas tipologias florestais, apresentando campinaranas, floresta aberta com bambu, floresta aluvial com palmeiras, floresta densa e também terras baixas (ACRE, 2010).

4.3 METODOLOGIAS APLICADAS NA PESQUISA

Para tal, a pesquisa se dividiu em cinco etapas cruciais, sendo:

4.3.1 Etapa 1: Levantamento das instituições

Na primeira etapa da pesquisa foi realizado sondeio das possíveis instituições públicas, privadas e do terceiro setor (ONGs), que atuam na tomada de decisão e corroboram para a agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, listando o setor pertencente, nome da instituição, breve descrição e qual o responsável.

Nesta etapa, também foi realizado o primeiro contato via e – e-mail ou telefone, quando necessário, com os responsáveis das instituições, de modo a repassar o objetivo da pesquisa e todas as informações necessárias para o entendimento do estudo. Durante esta etapa, foi pedido retorno dos responsáveis pelas instituições quanto a colaboração com a pesquisa de forma a estabelecer o momento mais adequado para ser executada a fase posterior do estudo.

4.3.2 Etapa 02: Visitas *in loco* as instituições

As visitas ocorreram em datas disponibilizadas pelos responsáveis das instituições e, durante as visitas, foram realizados os levantamentos dos dados quanto às

ações e os projetos no fomento da agricultura, desenvolvidas pelos agentes promotores nos últimos cinco anos, ou seja, de 2016 à 2022, As informações coletadas constaram de: nome da ação ou projeto, ano de implantação, principais objetivos e status, ou seja, se já se encontrava concluído ou em execução.

Além disso, como forma de garantir acesso as informações necessárias, coletou – se a assinatura dos responsáveis através do Termo de Autorização para a Realização da Pesquisa (Anexo A). No referido termo está contido, o objetivo da pesquisa e as disposições éticas de proteção de dados coletados.

4.3.3 Etapa 3: Identificação da rede de trabalho

Na terceira etapa, foi realizada a identificação da rede de trabalho e colaboração entre os agentes promotores da agricultura familiar, com o uso de um roteiro de perguntas pré-elaboradas, para classificar os projetos e as ações (Anexo B) de acordo com o objetivo da pesquisa. Dessa forma, realizou – se a análise dos projetos e ações de forma a verificar articulação e interação entre os agentes promotores.

4.3.4 Etapa 4: Caracterização das limitações

Nessa etapa, foi realizada a caracterização das limitações encontradas para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Desse modo, observou – se todos os projetos e ações desenvolvidos pelas as instituições de modo a permitir traçar as limitações e desafios encontrados pelo agentes de fomento.

4.3.5 Etapa 5: Estratégias de apontamento

Na última etapa desse estudo, foi realizado o apontamento de estratégias para a melhoria dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar. O que pode ser feito para atender melhor o município, quando relacionamos as políticas públicas ao fomento da agricultura familiar no que tange o sistema agroalimentar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, Brasil.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos durante o projeto de pesquisa foram analisados de acordo com a metodologia descrita por Bardin (2006). A referida metodologia aborda três fases, ou seja, uma pré - análise dos dados estudados, uma análise de todos os dados existentes e tratamento.

A primeira fase consiste na organização de todos os materiais, desde o primeiro contato com os dados como um todo; depois a escolha dos dados que foram utilizados na discussão; a formulação das hipóteses e seus indicadores.

Na segunda fase, é realizado a análise de todos os dados existentes, o que interliga a terceira e última fase, onde o pesquisador busca o tratamento e como será interpretado e discutido os dados encontrados para cada etapa, assim, tornando – os significativos e exatos.

Os dados coletados durante toda a pesquisa, foram tabulados e descritos com o auxílio do programa Microsoft Office Excel 2010, e apresentados em formas de tabelas e gráficos, utilizando assim a estatística de forma descritiva na apresentação e discussões dos dados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 DIAGNÓSTICO DOS PROJETOS E AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO SUL, ESTADO DO ACRE.

Nas três seções anteriores, foram abordados aspectos relacionados a conceitos, origem, legislações, histórico e caracterizações sobre a agricultura familiar, bem como, as relações com os sistemas agroalimentares brasileiros. A agricultura familiar e o sistema agroalimentar, tem em comum a soberania e a segurança alimentar, assim, buscando organizar esses processos produtivos de modo a torná-los ainda mais eficientes.

Partindo deste princípio, nessa seção foi realizado o diagnóstico dos projetos e ações para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre. Serão abordadas inicialmente de forma concisa as instituições públicas, privadas e do terceiro setor e que atuam na tomada de decisão no que tange o fortalecimento da agricultura familiar no município

Logo, na sequência são abordados os dados relacionados aos projetos e ações desenvolvidos pelas instituições visitadas, assim, sendo possível identificar a rede de trabalho e colaboração entre os agentes promotores da agricultura. Adiante, também são abordadas as potencialidades e as limitações para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município, bem como o apontamento de estratégias para o fomento e melhoria desses sistemas.

5.1.1 Instituições que atuam na tomada de decisão para o desenvolvimento da agricultura familiar

Para tal, foram mapeadas 05 (cinco) instituições no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre que contribuem diretamente para o desenvolvimento da agricultura (Quadro 1). Para o setor público, foram listadas 02 (duas) instituições, no setor privado foi encontrada 01 (uma) e para o terceiro setor, ou seja, as Ongs, Organizações Não Governamentais, foram encontradas 02 (duas) instituições.

Quadro 1: Instituições públicas, privadas e do terceiro setor que atuam no município de Cruzeiro do Sul, Acre.

Levantamento de Campo das instituições:		
Setor:	Instituição:	Descrição:
Público	Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento – SEMAPA	Promoção ao desenvolvimento econômico e tecnológico das populações rurais, tradicionais e indígenas, garantindo melhor qualidade de vida e geração de emprego e renda através do fomento de políticas públicas voltadas para as cadeias de valor prioritárias (Fonte: Prefeitura de Cruzeiro do Sul).
Público	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA	A EMBRAPA busca viabilizar inovações para a sustentabilidade da agricultura e uso de recursos florestais em benefício da sociedade amazônica, com ênfase no Estado do Acre. A Embrapa realiza atividades de pesquisa, transferência de tecnologias e capacitação nos cinco municípios do Juruá (Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter, Rodrigues Alves e Marechal Thaumaturgo), com foco no aumento da produtividade da mandioca para produção de farinha e de outras culturas relevantes para a economia local (Fonte: embrapa.br).
Privado	Banco da Amazônia	A missão do Banco da Amazônia é "desenvolver uma Amazônia Sustentável com crédito e soluções eficazes"(Fonte: bancoamazonia.com.br).
ONG	Comissão Pastoral da Terra – CPT	Processos coletivos: de conquista dos direitos e da terra, de resistência na terra, de produção sustentável (familiar, ecológica, apropriada às diversidades regionais) (Fonte: cptnacional.org.br).
ONG	SOS Amazônia	Missão de promover a conservação da biodiversidade e o crescimento da consciência ambiental na Amazônia (Fonte: sosamazonia.org.br).

Fonte: dados da pesquisa.

As instituições do *setor público* listadas são: SEMAPA e a EMBRAPA. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), (Figura 2) é órgão público integrante da Prefeitura Municipal de Cruzeiro do Sul, e tem atribuições de

promover políticas e ações que sejam voltadas ao desenvolvimento da agricultura, da pecuária, pesca e aquicultura no município. A SEMAPA atua também na fiscalização e fomento de atividades relacionadas a agricultura familiar, de modo a facilitar a comercialização.

Dessa forma, um dos principais focos da Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento é também de fomentar políticas públicas que possam contribuir diretamente com o desenvolvimento do pequeno, médio e grande produtor, melhorando a produção e produtividade do setor, fornecendo suporte e assistência técnica especializada aos produtores do município e região.

Figura 2: Logomarca do Órgão público SEMAPA, prefei-



Fonte: Prefeitura de Cruzeiro do Sul, Acre

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), (Figura 3), outrora criada pelo governo no ano de 1973, vinculada ao Ministério da Agricultura. Atualmente, tem sua sede em Brasília e é dividida em 38 unidades nacionais, isto, de acordo com a área de pesquisa.

O município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, conta com um escritório de transferência de tecnologia, sendo responsável por fomentar planejamentos, controlar e coordenar atividades que são executadas no município e região, bem como participar em pesquisas agropecuárias e formulações de políticas agrícolas, através do desenvolvimento e transferência de novas tecnologias para os produtores, de modo a garantir mais segurança e qualidade aos produtos.

Figura 3: Logomarca do Órgão Público Embrapa



Fonte: Portal Embrapa

O Banco da Amazônia (BASA) (Figura 4), é enquadrado no *setor privado*, mas é um banco brasileiro com participação do Governo Federal do Brasil, como maior acionista, assim o banco é tratado como uma economia mista. É um dos maiores responsáveis por destinar linhas de crédito em diversas áreas para pequenos produtores da região, financiando tanto projetos coletivos quanto projetos individuais e que possam gerar renda a agricultores familiares, empreendimentos rurais e o fortalecimento da cadeia produtiva, de modo a desenvolver uma Amazônia sustentável com soluções que sejam eficazes, com colaboradores engajados e resultados sólidos como o principal Banco de desenvolvimento da Amazônia.

Figura 4: Logomarca do Órgão privado Banco da Amazônia.



Fonte: amazonia.org

As instituições listadas como *terceiro setor*, se tratam de duas organizações não governamentais, sendo a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a SOS Amazônia. A Comissão Pastoral da Terra (Figura 5), é uma instituição vinculada a Igreja Católica,

e nasceu em Julho de 1975 durante um encontro de Bispos e Prelados da Amazônia. Criada para lutar pelas causas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, sendo os principais protagonistas de seus direitos.

Além disso, a CPT busca trabalhar junto com os povos da terra e das águas, como uma forma de lutar pela a terra, com apoio de outras instituições nacionais e internacionais. Atualmente, no município a CPT atua realizando capacitações de produtores rurais e em assentamentos, buscando a produção sustentável nos processos de formação integral e permanente, além de assessoria Jurídica para os que lutam pela a terra.

Figura 5: Logomarca do Órgão do terceiro setor, Comissão



Fonte: site CPT.

A SOS Amazônia (Figura 6), atua promovendo projetos e ações de modo a promover a sustentabilidade no município de Cruzeiro do Sul e região. A ONG trabalha vinculada a alguma associação ou cooperativa, buscando sempre a atingir a sua missão, cujo o foco está na Amazônia, sociobiodiversidade, negócios florestais, restauração de paisagens e políticas que promovam a consciência ambiental.

A gestão estrutural da SOS Amazônia conta com conselhos fiscais e deliberativos atuantes, além disso, seus projetos e ações são desenvolvidos visando a mitigação e adaptação, preservação da biodiversidade e a promoção de negócios sustentáveis na Amazônia, garantindo um desenvolvimento a longo prazo eficaz e sustentável.

Figura 6: Logomarca do Órgão do terceiro setor SOS



Fonte: site SOS Amazônia.

5.1.2 Projetos e ações desenvolvidos pelas instituições

A priori, para a coleta dos dados relacionados aos projetos e ações desenvolvidos pelas instituições, foram realizadas visitas de acordo com dia e horário pré-estabelecido pelo responsável da instituição. Ao total foram visitadas 05 instituições. Durante as visitas foram coletados os dados necessários, isto, dos últimos cinco anos, contendo nome de projeto/ação, o ano de implementação, os objetivos e o status em que se encontra os mesmos, ou seja, em andamento ou concluído.

5.1.2.1 Setor Público

A instituição pública SEMAPA apresentou o seu plano de ação, e quais foram os projetos e ações que já tinham realizado do mesmo, totalizando 07 (sete), ações/projetos em busca de melhorias para o produtor rural, tanto na parte de escoamento quanto de comercialização de seus produtos. Além disso, as 07 ações/projetos encontram – se já executados e/ou em fase final de execução/implementação (Quadro 2).

Tais projetos/ações, são diretamente voltados a melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais. A SEMAPA, conta com um quadro técnico especializado e capacitado para realizar assistência técnica aos produtores, cooperações, e ações que estejam relacionadas ao sistema agroalimentar de modo a beneficiar a agricultura familiar do município.

Quadro 2: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – **SEMAPA**.

Instituição: Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento			
Projeto/ação	Ano	Objetivos	Status
Acordo de cooperação técnica com o INCRA.	2022	Solicitação de crédito e assinatura de contratos.	Concluído
Prestação de assistência técnica.	2022	Prestar assistência técnica especializada a mais de 60 produtores na região.	Concluído
Ampliação da rota terrestre para escoamento de produção agrícola.	2022	Facilitar o escoamento da produção agrícolas em regiões com maior dificuldade de tráfego.	Concluído
Ampliação e melhoria da Feira do Agricultor.	2022	Inclusão e cadastro de novos produtores para vender na feira. Levantamento das culturas comercializadas.	Concluído
Revitalização do Mercado do Agricultor.	2021	Reforma das bancas do mercado do Agricultor.	Concluído
Promoção da II Feira do Peixe.	2022	Feira do Peixe, viabilizando a venda dos peixes pelos vendedores.	Concluído
Início dos financiamentos PRONAF A e Custeio e emissão de DAP.	2022	Cadastro e financiamento para os agricultores.	Concluído

Fonte: próprio autor.

Observa – se que na instituição pública EMBRAPA (Quadro 3), foram desenvolvidos oito projetos no município de Cruzeiro do Sul, nos últimos 05 anos, em prol do desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, indicação de selo geográfico da farinha, horticultura e tecnologias que possam agregar melhorias da cadeia de produção, sendo que, dos oito projetos, apenas 02 continuam em execução e 06 já foram concluídos.

Os projetos/ações desenvolvidos pela EMBRAPA, proporcionam aos produtores a agregação de valor em produtos, melhor qualidade de produção, além de proporciona conhecimentos técnicos sobre sistemas de conservação, e valorização dos sistemas agroalimentares localizados em prol de fortalecer a agricultura familiar no município e região.

Quadro 3: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – **EMBRAPA**.

Instituição: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária			
Projeto/ação	Ano	Objetivos	Status
Tecnologias para agregação de valor e produção sustentável de mandioca por produtores familiares na Amazônia.	2018 à 2020	Difundir os resultados obtidos com as avaliações realizadas no município de Cruzeiro do Sul, para beneficiar todo o Vale do Juruá, através da escolha e disponibilização de informações acerca das variedades de mandioca existentes na região e sua viabilidade de produção nas condições locais de cultivo.	Concluído
Ação de pesquisa para validação da melhoria de atributos fito técnicos da mandioca, milho, feijão e plantas de cobertura em sistemas conservacionistas de produção familiar.	2018 à 2021	Introduzir, transferir e validar tecnologias para agregar valor aos produtos e derivados da mandioca na região Amazônica, notadamente nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Pará, Roraima, Amapá e mesorregiões de transição nos estados do Mato Grosso e Maranhão como alternativa ao desenvolvimento sustentável da principal cultura de base familiar.	Concluído
Capacitação de agentes multiplicadores em Boas Práticas de Fabricação de Farinha de Mandioca, no Vale do Juruá.	2019	Otimizar as ações de forma articuladas, na perspectiva de contribuir para melhoria da qualidade da assistência técnica aos produtores de mandioca do Vale do Juruá e de seus principais produtos derivados da mandioca.	Concluído
Capacitação de produtores na fabricação de farinha tem-	2019	Diversificação dos produtos derivados da mandioca, como forma de agregação de valor e melhoria da renda.	Concluído

perada com gengibre e farinha adicionada com buriti, no Vale do Juruá.			
Transferência de tecnologia, comunicação e economia de sistemas conservacionistas de produção agrícola.	2017 à 2019	Promover ações de transferência de tecnologia, comunicação e análise econômica das tecnologias desenvolvidas no projeto.	Concluído
Consolidação da Indicação Geográfica "Cruzeiro do Sul" como estratégia para o desenvolvimento rural da Regional Juruá, no Acre.	2019 à 2022	Fortalecer a indicação geográfica "Cruzeiro do Sul" para a farinha de mandioca, auxiliando no desenvolvimento territorial local.	Em execução
Qualidade Da Farinha De Mandioca Amarela Produzida Na Regional Juruá.	2020 à 2023	Recomendar um processo de padronização da farinha de mandioca artesanal com açúcar do tipo especiaria.	Em execução

Fonte: próprio autor.

Em termos conceituais, os sistemas agroalimentares apresentam -se com um conjunto de ações, processos, projetos e atores que atuam no desenvolvimento das cadeias de produção e da agricultura familiar, de modo a garantir o fortalecimento dos sistemas de produção agrícolas. Desse modo, o poder público com a promulgação da Constituição de 1988, passou a introduzir novos mecanismos de gestão de políticas, aumentando políticas setoriais e as políticas gerais tanto em patamar federal, estadual e também municipal (MATTEI, 2005).

Nos últimos anos, o governo Federal passou a ter como uma de suas prioridades a agricultura, o que impulsionou e contribuiu diretamente para o fortalecimento das cadeias de produção, no qual, na atualidade no município de Cruzeiro do Sul, Acre, o setor público como a Embrapa e Semapa como uns dos maiores agentes de ações em prol da agricultura familiar e conseqüentemente atuando no fortalecimento dos sistemas agroalimentares tanto a nível municipal como estadual.

A Embrapa e a Semapa do município, corroboram com ações e projetos que favorecem ao agricultor diretamente em buscar melhorias em seus sistemas de produção e na forma de incentivo por meio de assistência técnica, e utilizando de novas tecnologias de modo a fortalecer e dinamizar os sistemas agroalimentares consolidados.

É muito importante para a agricultura familiar e o sistemas agroalimentares ter apoio e serem reconhecidos, pois, muitas vezes, a falta de políticas públicas específicas, falta ter a interpelação entre instituições, bem como a falta de pesquisas para que possa haver o desenvolvimento rural de forma sustentável.

5.1.2.2 Setor Privado

De acordo com dados coletados, o Banco da Amazônia (BASA) (Quadro 4), nos últimos 05 anos, atendeu a mais de 569 famílias, com um total de R\$ 15.904.922,37 (quinze milhões, novecentos e quatro mil, novecentos e vinte dois reais e trinta e sete centavos), sendo que deste valor, cerca de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões) somente no primeiro semestre de 2022. As famílias foram atendidas com projetos e ações voltados para um total de 6 linhas de créditos a longo prazo, que beneficiassem os mesmos de modo a melhorar a qualidade de vida e a vida no campo.

Quadro 4: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – **BASA**.

Instituição: Banco da Amazônia			
Projeto/ação	Ano	Objetivos	Status
Agricultura de baixo carbono.	2021	O objetivo é favorecer os financiamentos sustentáveis em áreas rurais e urbanas a partir de empreendimentos de todos os portes com foco socioambiental.	Concluído
Pronaf mais alimentos.	2022	Financiamento de projetos individuais ou coletivos, que geram renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.	Em execução
Pronaf grupo A.	2022	O PRONAF A fomenta famílias agricultoras que desejam ampliar ou modernizar ou próprio negócio, gerando mais renda para a própria família e para a região. Tudo isso, com taxas de juros de 0,5% a e até 10 anos para pagar.	Em execução
Pronaf grupo B.	2022	O PRONAF B investe em agricultores familiares com renda bruta anual de	Em execução

		até R\$ 23 mil, que não contam com mão de obra assalariada.	
Pronaf floresta.	2022	Financiamento para implantação e manutenção de sistemas agroflorestais por meio do PRONAF floresta. Financia projetos para a implantação ou manutenção de sistemas ecologicamente sustentáveis de manejo e manejo florestal.	Em execução
Energia verde.	2022	Fomentar a produção de energias renováveis para consumo próprio; - Apoiar as atividades do segmento agropecuário desenvolvidas em bases sustentáveis; - Financiar a compra de veículos verdes, elétricos, híbridos ou que utilizem energia renovável, inclusive a estrutura de abastecimento elétrico.	Em execução

Fonte: próprio autor.

O setor privado, tratando – se do Banco da Amazônia tem atuado diretamente na agricultura, apresentando ações que contribuem para a agricultura familiar e o fortalecimento dos sistemas de produção consolidados, como por exemplo linhas de créditos que favorecem o financiamento em áreas rurais. No entanto, poucos agricultores conseguem a liberação dos financiamentos, tendo em vista que grande parte dos produtores não possuem recursos e garantias patrimoniais para obter o financiamento, isto devido as exigências bancárias (GUANZIROLI, 2001).

Além disso, o banco atua também com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que atua diretamente na agricultura familiar, na busca de inovação e formas de melhorar a qualidade de vida no campo, sendo uma forma de subsidiar os agricultores familiares e fortalecer o sistema de produção, e a garantia de produção com qualidade e segurança alimentar.

5.1. 2. 3 Terceiro setor

Nos últimos 05 (cinco) anos a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desenvolveu 02 projetos, tendo em vista, que estes projetos se estabeleceram em longo prazo (Quadro 5), destes, 1 (um) foi concluído e 1(um) ainda encontra – se em execução, atuando com consultorias organizacionais e agroecologia, visando a sustentabilidade e a agricultura orgânica. Os projetos/ações da CPT, buscam capacitar os produtores familiares com meios alternativos para que tenham diversificação de produtos, e segurança alimentar, tendo em vista técnicas de produção orgânica.

Quadro 5: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – **CPT**.

Instituição: Comissão da Pastoral da Terra			
Projeto/ação	Ano	Objetivos	Status
Programa de assessoria para pequenos/as produtores/as na área de organização, agroecologia, diversificação, comercialização e Assessoria Jurídica na Diocese de Cruzeiro do Sul – AC/AM.	2016 à 2019	O presente projeto que tem como foco a continuidade de ações de luta pelos direitos e pela cidadania, e busca de alternativas que sejam viáveis e sustentáveis a realidades dos grupos acompanhados.	Concluído
Programa integrado de consultoria organizacional, legal e agroecológica em áreas rurais da Diocese de Cruzeiro do Sul.	2019 à 2022	Trabalhadores (as) rurais melhoraram sua qualidade de vida, através da prática individual e coletiva de uma agricultura familiar agroecológica, diversificada e sustentável.	Em execução

Fonte: próprio autor.

A SOS Amazônia (Quadro 6), teve 02 (dois) projetos nos últimos 05 anos, que foram voltados para a agricultura, tendo em vista que atuam sempre com parcerias de associações e cooperativas. Tais projetos/ações, foram concluídos e atuaram diretamente na questão de consciência ambiental, empreendedorismo e extensão rural,

além de assistência técnica de modo a promover a agricultura familiar e a agroecologia, orgânica e agroextrativista das famílias no Vale do Juruá.

Quadro 6: Projetos e ações voltados a agricultura no município de Cruzeiro do Sul, Acre, pela Instituição – **SOS AMAZÔNIA.**

Instituição: SOS Amazônia			
Projeto/ação	Ano	Objetivos	Status
Valores da Amazônia.	2018	Disseminar e apoiar iniciativas empreendedoras em nove instituições aglutinadas, com foco na geração de trabalho e renda, por meio do desenvolvimento sustentável de três cadeias produtivas, em seis municípios do estado do Acre e quatro do estado do Amazonas.	Concluído
ATER Agroecologia.	2015 à 2018	Assistência Técnica e Extensão Rural para Promoção da Agricultura Familiar Agroecológica, Orgânica e Agroextrativista das famílias do Território da Cidadania do Vale do Juruá - Estado do Acre.	Concluído

Fonte: próprio autor.

As organizações não governamentais, na grande maioria, tem sua origem ligada a igrejas, sindicatos rurais, lideranças ou representantes internacionais que juntam esforços em busca de melhorias diante de projetos e ações pautados. No município, as Ongs em estudo, são agentes que atuam diretamente com ações e projetos que são voltados para agricultura em um conjunto variado de atividades, como assistências técnicas e jurídicas.

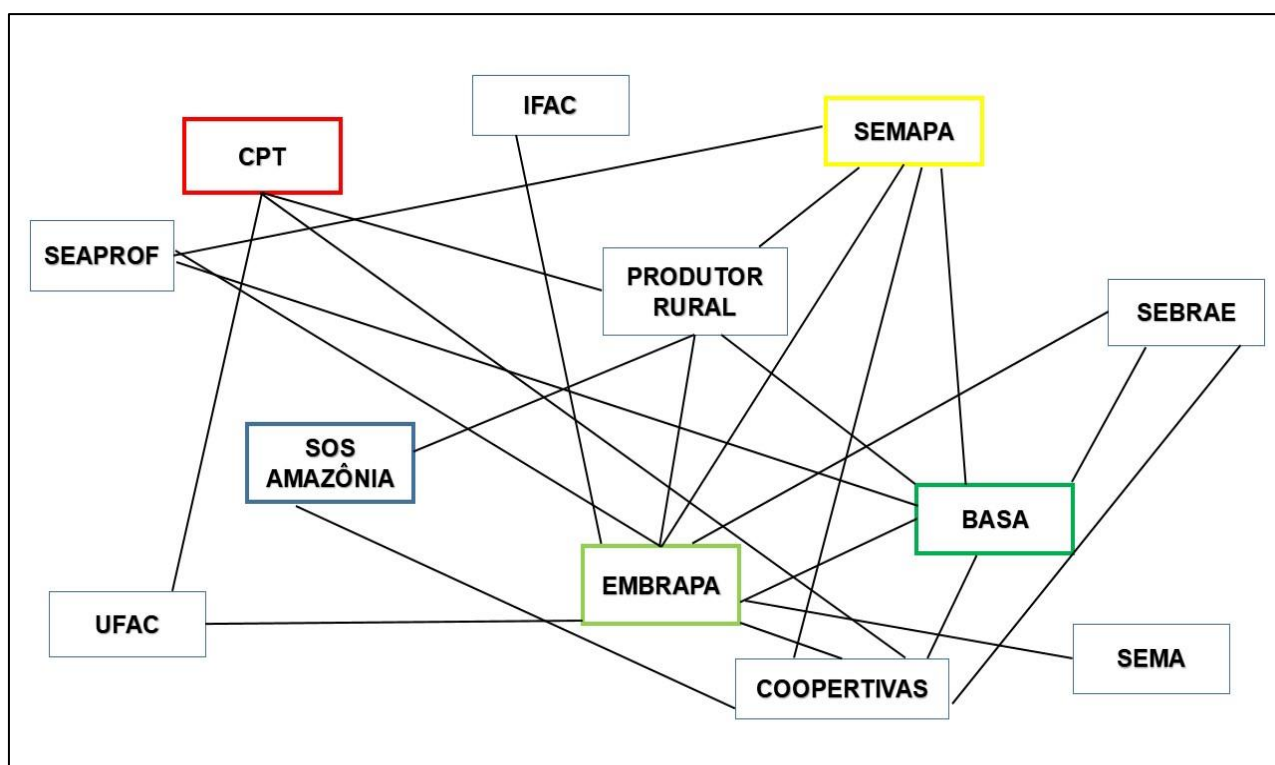
Para Tachizawa (2004), as ONGs são responsáveis por movimentar grandes quantidades de dinheiro, pois, atuam em diferentes segmentos e executam diversas ações que são pontuais e específicas. A CPT e a SOS Amazônia, atua, no município e região com segmentos voltados a agricultura, assessorando pequenos produtores

em áreas de agroecologia e diversificação de produtos, bem como fortalecendo sistemas de produção sustentáveis e promoção da agricultura familiar.

5.2 Rede de trabalho e colaboração entre os agentes promotores da agricultura

Ao analisar os projetos e ações desenvolvidas pelas instituições públicas, privadas e do terceiro setor, observou – se uma rede de colaboração entre esses agentes, bem como com outras instituições que atuam no município (Figura 7). Diante dos dados analisados, as instituições públicas SEMAPA e EMBRAPA são as que mais atuam em rede de trabalho e colaboração, tendo em vista se tratarem de órgãos estaduais e municipais.

Figura 7: Rede de colaboração entre os agentes promotores da agricultura no município



Fonte: próprio autor.

A colaboração entre os agentes públicos com outras instituições é possível devido as políticas de fomento possuírem o mesmo viés de resultados, dando prioridade a qualidade de vida e bem estar do produtor, de forma a fortalecer os sistemas agroalimentares e a agricultura familiar, além disso, promovem capacitações de agentes que possam atuar em outras instituições.

Observa - se que o Banco da Amazônia (BASA), atua em colaboração tanto com as instituições públicas, quanto com cooperativas, associações, produtor rural e empreendedorismo, assim, tornando – se uma das principais fontes de fomento de linhas de créditos voltados a agricultura familiar e as cadeias produtivas, de forma a garantir resultados sólidos e eficazes.

No entanto, as instituições do terceiro setor CPT e SOS Amazônia, não possuem tanta colaboração com outras instituições, isto, tendo em vista que atuam sempre com ajuda de outras instituições, mas, no que diz respeito aos projetos e ações desenvolvidas pelas as mesmas nos últimos 05 anos, não tiveram tanta colaboração em rede.

A rede de colaboração entre os agentes de fomento envolvem diversos fatores, como os agentes que atuam nas etapas de processamento, distribuição e consumo. Além disso, nota – se que os agentes responsáveis pelo o fortalecimento dos sistemas agroalimentares no município envolvem também atores que estão diretamente ligados a conhecimentos técnicos, como universidade, institutos técnicos (FACHIN, 2018).

Ações coletivas com envolvimento de diversos agentes são mais eficazes no quesito de mobilização de recursos em diferentes políticas públicas e financiamentos em linhas de créditos, pois, favorecem diversas áreas de atuação e possibilitando a formação de redes de apoio e conhecimentos que fortalece ainda mais as cadeias de produção e consumo, bem como o fortalecimento dos sistemas agroalimentares e os agricultores familiares da região (FACHIN, 2018).

5.3 Limitações para o desenvolvimento dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município

Os agentes públicos, privados e do terceiro setor, que promovem ações e projetos para o desenvolvimento do sistema agroalimentar na agricultura familiar, possuem potencialidades e limitações, isto levando em consideração aos dados obtidos das instituições.

Evidentemente, a falta de articulações entre as instituições é um dos fatores que apresenta mais limitação em relação aos sistemas agroalimentares e agricultura familiar, tendo em vista, que algumas instituições supracitadas não possuem articulação uma com a outra, como podemos citar a CPT e a EMBRAPA, SEMAPA e a SOS

Amazônia, a CPT e a SEMAPA.

Essas instituições, uma vez articuladas entre si, possibilitariam um maior caminho de comunicação e facilidades em ações que traçam as mesmas metas e objetivos. A colaboração entre as mesmas poderia gerar ainda mais qualidade de vida aos produtores familiares, políticas públicas mais centradas e viáveis para o desenvolvimento de um sistema agroalimentar baseado ainda mais na agricultura familiar e no desenvolvimento rural.

Além da falta de articulação entre as instituições, outra limitação é a falta de articulação estrutural das mesmas, ou seja, articulação interna, pois, sabe – se que grande parte dessas instituições possuem cargos outrora indicados e também temporários, uma vez que consta troca de governo e prefeito. No entanto, esse fator limita a continuidade de algumas ações e projetos que favorecem o desenvolvimento no campo, pois, uma vez interrompido, passam a não ter mais assistências técnicas e capacitações. Assim, as instituições deveriam pensar em ações que viabilizassem a continuidade dos projetos, e que quem de certa forma atuassem de modo a garantir a continuidade aos próximos.

A fragilidade de políticas para a agricultura familiar nos últimos anos, também se torna uma limitação, quando as prioridades de políticas de governo a nível Estadual e Federal eram outras, levando em consideração a Pandemia do Covid 19, no ano de 2021 e 2022. Sabe – se que, ter políticas públicas fortes é fundamental para o desenvolvimento e fortalecimento das cadeias alimentares e da agricultura familiar no país, tendo em vista que as atividades agropecuárias tem grandes participações no Produto Interno Bruto nacional.

Concomitante, mesmo enfrentando as limitações e desafios, as instituições públicas, privadas e do terceiro setor, buscam contribuir para a democratização de acessos a políticas que beneficie o produtor, acesso a linhas de crédito, associações e cooperativas que atuam no fortalecimento dos sistemas agrícolas consolidados (BÚRIGO, 2006).

5. 4 Estratégias para o fomento e melhoria dos sistemas agroalimentares na agricultura familiar do município.

Partindo do princípio da articulação ser um fator limitante, ela também se torna uma grande estratégia de comunicação entre as instituições para melhorar o desempenho das mesmas, pois diante dos dados coletados e analisados, observa – se que existem projetos e ações de cunho semelhantes entre as instituições públicas, privadas e do terceiro setor, como por exemplo, a EMBRAPA e a SEMAPA, juntamente com o Banco da Amazônia, pois, os mesmos atuam em linhas que podem ser articuladas e facilitadas para atender melhor o público alvo, como é o caso das linhas de créditos oferecidas pelo BASA, e que podem em parceria com a EMBRAPA, a SEMAPA, facilitar as negociações e condições.

Além disso, a articulação atua diretamente na continuidade das ações e projetos dentro das instituições, uma vez que a continuidade é baseada em parceria e apoio, pois, assim seria uma forma de compromisso entre as instituições para com quem será destinado tais ações e projetos para o fortalecimento e desenvolvimento dos sistemas agroalimentares e da agricultura familiar no município e região.

Outra estratégia, seria a demanda de sistemas agroalimentares alternativos, ou seja, produtos ecológicos, orgânicos, produtos com selos de identificação geográfica, como por exemplo a farinha de Cruzeiro do Sul, ação está desenvolvida pela a EMBRAPA em rede de trabalho com outras instituições. Fatores como esse possibilita abertura de novos caminhos de propostas e trabalhos coletivos entre as instituições, isto, possibilitaria o envolvimento de várias outras instituições, bem como oportunidades de parcerias e desenvolvimento regional.

Destacada a importância dos sistemas agroalimentares alternativos, no Brasil, a agricultura familiar entra em ação com cerca de 70% na produção de alimentos, sendo que, são destinados a abastecimento de mercados internos (FAO, 2017). Assim, adotar estratégia de sistemas agroalimentares alternativos, possibilita a integração nos mercados e comercialização de produtos, além de proporcionar novos espaços, com maiores demandas por produtos com segurança alimentar e uma relação entre natureza e consumo.

A criação de políticas públicas que de fato beneficiassem as instituições provedoras de fomentos para o desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas agroalimentares e da agricultura familiar, recursos específicos para políticas agrícolas específicas. Dessa forma, os agricultores familiares seriam beneficiados com projetos executados, seja na forma de capacitação, com recursos financeiros, aquisição de bens, o

que resultaria na qualidade de vida e no fortalecimento da cadeia produtiva do município e região.

O Estado detém o poder de intervenção através das políticas públicas, podendo utiliza – las para exploração dos sistemas agroalimentares, agricultura familiar, exploração de dinâmica territorial, que possibilite maior relação do homem com os recursos naturais de forma a desenvolver de forma sustentável (MARCUIZZO; RAMOS, 2004).

A criação de grupos de estratégias/apoio com agentes promotores da agricultura no município seria uma das forma de buscar articulação para promoção de políticas agrícolas, linhas de créditos, parcerias e soluções para suas limitações. E assim, podendo suprir suas necessidades de forma a melhorar ainda mais suas ações para que possa ter continuidade e conclusões concretas ao benefício dos sistemas agroalimentares e da agricultura familiar.

Os sistemas agroalimentares alternativos e que fortalecem a agricultura familiar se tornam estratégias de garantir rentabilidade as famílias rurais, pois, possibilita a criação de meios diversificados de trabalho e renda (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agentes promotores que potencializam os sistemas agroalimentares, utilizando de projetos e ações de modo a fortalecer a agricultura familiar no município, atuam em diferentes áreas, mas com o mesmo interesse, ou seja, o fortalecimento das cadeias produtivas.

As instituições públicas, privadas e do terceiro setor encontradas, possuem projetos que se assemelham em relação a interesses e objetivos diretos. No entanto, diante do diagnóstico realizado, essas instituições não possuem uma relação de parceria consolidada, assim, dificultando os meios de fortalecimento da agricultura familiar e dos sistemas agroalimentares na região. Tendo em vista, que a agricultura familiar apresenta grande potencial para a manutenção dos sistemas agroalimentares alternativos consolidados e sustentáveis.

É válido ressaltar que, essas instituições necessitam de estratégias de integração, parceria coletiva e articulação organizacional e estrutural para que haja o fortalecimento da agricultura familiar e a manutenção dos sistemas agroalimentares no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo. Anpocs, Unicamp, Hucitec, 1992. “Uma nova extensão para a agricultura familiar”. In: Seminário Nacional De Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, DF, **Anais...**, 1997, p. 29.

ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II** (Escala 1:250.000): Documento Síntese. 2. ed. SEMA, Rio Branco, Brasil, 2010, 356 p.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969. Brasília, 21 de outubro de 1969.

AGUIAR, L. C.; DELGROSSI, M. E.; THOMÉ, K. M. Short food supply chain: characteristics of a family farm. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 48, p. 8, Março, 2018.

AGUINAGA, Margarita. **Aportes feministas acerca de la soberania alimentaria**. In: ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza (compiladores). Soberanías. Quito, Ecuador, Ediciones AbyaYala, 2010.

AMBROSINI, L. B.; FILIPPI, E. E.; MIGUEL, L. A. SIAL: Análise da produção agroalimentar a partir de um aporte territorialista e multidisciplinar. **IDeAS**, Rio de Janeiro/RJ, UFRRJ, Programa de Pós-graduação de Ciências sociais em Desenvolvimento, **Agricultura e Sociedade**, v. 2, n.1, p. 6-31, jan./jul. de 2008.

ASSIS, S. C. R.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, Minas Gerais, v. 22, n. 2, p. 617-626, Fev. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRIBUSINESS. **Segurança alimentar**: uma abordagem de agribusiness. São Paulo: Edições Associação brasileira do agronegócio, 1993. 162 p.

BARBOZA, L. G. A.; THOMÉ, H. V.; RATZ, R. J.; MORAES, A. J. Para além do discurso ambientalista: percepções, práticas e perspectivas da agricultura agroecológica. **Ambiência**, Guarapuava, v.8, n.2, p.389-401, Maio/agosto, 2012.

BARDALES, N. G.; ARAÚJO, E. A.; AMARAL, E. F.; KER, J. C.; MAIA, G. E.; ARAÚJO, D. R.; AMARAL, E. F.; OLIVEIRA, T. K.; FRANKE, I. L. LANI, J. L.; MARTORANO, L. G.; MAELO, A. W. F.; NEGREIROS, J. S. **Solos e geopaisagens do município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre: Potencialidades e fragilidades**. **Cruzeiro do Sul**, p. 156. 2020.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições. 70f. 2006.

BATALHA, M. O. Sistemas agroindustriais: definições e correntes metodológicas. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Atlas, v. 1, n. 1, p. 23-48, 1997.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **A agricultura familiar na região sul do Brasil Quilombo – Santa Catarina**: um estudo de caso. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BOUCHER, F., BRIDIER, B., MUCHNIK, J.; REQUIER-DESJARDINS, D. Globalización y evolución de la agroindustria rural en América Latina: Sistemas Agroalimentarios Localizados. **Serie documentos de trabajo PRODAR**, Nº 10. Lima: PRODAR. 2000.

BOURDIEU, P. À propos de la famille comme catégorie réalisée. **Actes de la recherche en sciences sociales**. França, v. 100, n. 1, p. 32-36, Decembre, 1993.

BRASIL. LOSAN - **Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional** Nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.

BRASIL. PRONAF: **Buscando as raízes**: agricultura familiar e reforma agrária. (Caderno de Capacitação, nº 01). Brasília: Gráfica e Editora Del Rey, 2002.

BUAINAIN, A. M. BATALHA, M. O. (Orgs.). **Cadeia produtiva da carne bovina**. Série Agronegócios. v. 8. – Brasília: IICA: MAPA/SPA, 2007.

BUAINAIN, A.M; SOUZA FILHO, H. M. **Agricultura familiar, agroecológica e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Título II. Série III. Brasília: IICAA, 2006.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade**: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006.

CALEMAN, S. M. Q. et al. Custos de mensuração e governança no agronegócio: um estudo de casos múltiplos no Sistema Agroindustrial da carne bovina. **Organizações Rurais e Agroindustriais**. Lavras, v. 10, n. 3, p. 359-375, Dezembro, 2008.

CALEMAN, S. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. Falta de garantias e falhas de coordenação: evidências do sistema agroindustrial da carne bovina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v. 50, n. 2, p. 223-242, Abr/Jun 2012.

CAMPOS, C. S. S.; CAMPOS, R. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Scripta Nova**, revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Universidad de Barcelona, Vol. XI, núm. 245 (68), agosto, 2007.

CÂNDIDO, P. A.; MALAFAIA, G. C.; REZENDE, M. L. A exploração do pequi na região norte de Minas Gerais: abordagem por meio do Sistema Agroalimentar Localizado. **Revista IDEAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, Rio de Janeiro – RJ, v. 5, n. 2, p. 118 - 138, Novembro, 2012.

CARRER, M. J.; DE SOUZA FILHO, H. M.; VINHOLIS, M. M. B. Plural forms of governance in the beef industry: a case study in Brazil. **British Food Journal**, São Carlos, v. 116, n. 4, p. 643-661, Abril, 2014.

CASSOL, A. P. **Redes Agroalimentares alternativas: Mercados, interação social, e a construção social da confiança.** 2013. 186p. Dissertação (mestrado) da Sociologia Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

CONSEA. II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. **Relatório Final** 2004. Brasília, 2004.

CONTI, I. L. **Segurança alimentar e nutricional: noções básicas.** Passo Fundo: IFIBE, v. 1, 2009.

CÓRDOVA, P. Cuando los árboles dejan ver el bosque: impactos territoriales de la florestación en el Uruguay. En Linck, T. & Schiavo, C. (Orgs.), **Globalización y territorio.** Nueva ruralidad, patrimonios colectivos y sustentabilidad en la Cuenca del Plata. Montevideo: Editorial Nordan Comunidad, 2003.

COZZARIN, B. P.; BARRY, P. J. Organizational Structure in Agricultural Production Alliances. In: **International Food and Agribusiness Management Review**, Canadá, v.1, n. 2, p. 149-165, Jan. 2000.

CRIBB, A. Y. Sistema agroalimentar brasileiro e biotecnologia moderna: oportunidades e perspectivas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v.21, n. 1, p.169-195, jan./abr. 2004.

CRIBB, A. Y. **Transferência de conhecimentos tecnológicos: o caso da Embrapa Agroindústria de Alimentos.** Rio de Janeiro, 2000. 22 p. (CNPq 300057/00-8 NV). Projeto concluído.

CRUZ, F.T. **Produtores, Consumidores e Valorização de Produtos Tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos Campos de Cima da Serra – RS.** 2012. 283p. Dissertação (Doutorado) Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

CRUZ, F.T.; SCHNEIDER, S. Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 22-38, 2010.

DEL GROSSI, M. E.; MARQUES, V. P. M. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 127-157, Setembro, 2010.

DELFINO, A. J. Competitividade: fragilidade patente. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 9, p. 25-27, Abr. 1999.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.3, p.56-62, jul./set. 2001.

FACHIN, P. **Redes de agroecologia como uma alternativa à agricultura industrial.** Instituto Humanos Unissinos, Rio Grande do Sul, Maio, 2018.

FAO. América Latina y el Caribe. **Panorama de la Seguridad Alimentaria y Nutricional: sistemas alimentarios sostenibles para poner fin al hambre y la malnutrición.** Santiago de Chile: FAO, 2017. 174 p.

FAO. Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-2028) para alcanzar los ODS.** Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018

FAO. **International Year of Family Farming - feeding the world, caring for the earth.** Food and Agriculture Organization of the United Nations. Rome, Italy. 27 p. 2014.

FERNANDES, B. M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M. **Reforma Agrária no governo Lula: a esperança.** Presidente Prudente: NERA, 2003.

FERREIRA, B.; SILVEIRA, F. G.; GARCIA, R. C. A agricultura familiar e o PRONAF: contexto e perspectivas. In: GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. **Transformações da agricultura e políticas públicas.** Brasília, IPEA, p. 479 – 539, 2001.

FERREIRA, G. C.; PADULA, A. D. Gerenciamento de cadeia de suprimentos: Novas formas de organização na cadeia da carne bovina do Rio Grande do Sul. *Revista Administração Contemporânea*, Rio Grande do Sul, v. 6, n. 2, p. 167-184, Ago. 2002.

FOLEY, J. A.; RAMANKUTTY, N.; BRAUMAN, K.A.; CASSIDY, E.S.; GERBER, J.S.; JOHNSTON, M.; MUELLER, N.D.; O'CONNELL, C.; RAY, D.K.; WEST, P.C.; BALZER, C.; BENNETT, E.M.; CARPENTER, S.R.; HILL, J.; MONFREDA, C.; POLASKY, S.; ROCKSTROM, J.; SHEEHAN, J.; SIEBERT, S.; TILMAN, D.; ZAKS, D.P.M. Solutions for a cultivated planet. *Nature*, Londres, v.478, p.337-342, out. 2011.

FORNAZIER, A.; BELIK, W. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Nutricional e Alimentar**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 204-218, 2013. DOI: 10.20396/san.v20i2.8634598.

FORSMAN, S.; PAANANEM, J. Local food systems: explorative findings Finland. In: **Colloque Syal “ Systèmes Agroalimentaires Localisé” : produits, entreprises et dynamiques locales.** 16-18 octobre. Montpellier, France, 2002.

FRISCHTAK, C. **O que é política industrial.** São Paulo: ILDEFES, 1994. p. 21.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

GOODMAN, D. The quality'and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of rural studies*, Santa Cruz. v. 1, n. 19, p. 1-7, 2003.

GRAEUB, B. E.; CHAPPELL, M. J.; WITTMAN, H.; LEDERMANN, S. **The state of family farms in the world.** *World Development*, Suíça, v. 87, p. 1- 15, ago. 2016.

GRAMACHO, A. Ganhar espaço, reduzir custos e aumentar a competitividade são os novos desafios das cooperativas. In: CONGRESSO AGRIBUSINESS DO RIO DE JANEIRO, 1., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1998. p. 22-23.

GREEN, R. H.; ROCHA DOS SANTOS, R. (orgs.). **Brésil: un système agroalimentaire en transition**. Paris: IHEAL, 1993. p. 232.

GUANZIROLI, C. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HOLLOWAY, L.; KNEAFSEY, M. Producing–consuming food: closeness, connectedness and rurality in four ‘alternative’ food networks. p. 257–277 in L. Holloway and M. Kneafsey eds, **Geographies of rural cultures and societies** (London: Ashgate) 2004.

HOSKEN, F. S. É preciso liberdade para importar, processar e agregar valores aos produtos. In: CONGRESSO AGRIBUSINESS DO RIO DE JANEIRO, 1., 1998, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1998. p. 156-160.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2017_2/default.shtm. Acesso em: 20 Agosto de 2021.

JANK, M. S.; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios alimentares: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição**. São Paulo: Pioneira, 2000. cap. 7, p. 137-163.

LACERDA, M. R. ; Costenaro, R. G. S. **Metodologias da pesquisa para a enfermagem e saúde: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mória. 2016

LAGRANGE, L. **La commercialisation des produits agricoles et alimentaires**. Collection agriculture d„aujourd„hui. Editora Tec e Doc. 2^o édition. Paris, 1995.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar : comparação internacional** . Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LANG, T.; BARLING, D.; CARAHER, M. **Food policy: integrating health, environment and society**. OUP Oxford, v. 1, p. 336, mar. 2009.

LIMA, A. F.; DE ASSIS SILVA, E. G.; DE FREITAS IWATA, B. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Retratos de Assentamentos**, Piauí, v. 22, n. 1, p. 50-68, Fev/jul. 2019.

LYNS, H. Território, Cultura e Inovação. A Ótica dos Sistemas Agroalimentares Localizados. In: IX **Encontro Nacional de Economia Política**. Uberlândia – MG, 2004.

MACULAN, A. M. A política brasileira de ciência e tecnologia de 1970 a 1990: balanço e perspectivas da pesquisa científica e do desenvolvimento tecnológico. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 43, p. 173-194, nov. 1995.

MAIA, A. P. de A.; DINIZ, L. L. de. Segurança alimentar e sistemas de gestão de qualidade na cadeia produtiva de frangos de corte. **Revista Eletrônica Nutritime**, Viçosa, v. 6, nº 4, p. 991 – 1000, Jul/Ago. 2009.

MENDONÇA, M. M. F. de. et al. Estudo da gestão da qualidade aplicada na produção de alimentos. In: **Anais...** XXIV Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Florianópolis, 2004.

MENDONÇA, R.C.S. Qualidade e segurança na cadeia produtiva de carnes e derivados. In: **Anais...** II SIMPÓSIO MINEIRO DE MICROBIOLOGIA DE ALIMENTOS. p. 87-102, 2005.

MALAFAIA, G. C.; BARCELLOS, J. O. J.; PEDROZO, E. Á.; PINTO, M. M. B. Local AgriFood System as a Mechanism of the Insertion of the Familiar Agriculture in the Competitive Environment. In: International Food and Agribusiness Management Association - Proceedings of 16th **Annual World Food & Agribusiness Symposium**, Buenos Aires – Argentina, 2006.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**. v. 25, n. 1 p. 299-322, 2004.

MARCUZZO, J. L.; RAMOS, M. P. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de avaliação. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2004, Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: Unisc, p. 1 - 28. 2004.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia ruralis**, Oxford, v. 40, n. 4, p. 424-438, out. 2000.

MATTEI, L. **O Papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 45, p. 7179, 2014.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: análise de indicadores. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, núcleo de estudos agrários e Desenvolvimento Rural. Série Estudos NEAD: 11, 136 p. 2005.

MCMICHAEL, P. A food regime genealogy. **Journal of Peasant Studies**. p.13, 9-169, 2009.

MEYER-STAMER, J. **Governance in the post-import substitution era**: perspectives for new approaches to create systemic competitiveness in Brazil. 1995. 38 p. Draft. (IDS. Discussion Paper, 349).

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa qualitativa em saúde. 14ª ed. São Paulo: Hucitec. 2014.

NIEDERLE, P. A. A coreografia do campesinato na sociedade contemporânea. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 2, n.5, 2008.

NUNES, E. P.; CONTINI, E. **Dimensão do complexo agroindustrial brasileiro**. São Paulo: ABAG, 2000.

OLIVEIRA, T. E.; GIANEZIN, M.; PERIPOLI, V.; BARCELLOS, J. O.J. Alianças mercadológicas e estratégias de diferenciação na cadeia da carne bovina no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 40 – 50, abr./jun., 2015.

PASCOAL, L. L.; VAZ, F. N.; VAZ, R. Z.; RESTLE, J.; PACHECO, P. S.; SANTOS, J. D. Relações comerciais entre produtor, indústria e varejo e as implicações na diferenciação e precificação de carne e produtos bovinos não-carçaça. **Revista Brasileira de Zootecnia**, Tocantins, v. 40, n. 1, p. 82-92, nov. 2011.

PECQUEUR, B. A guinada territorial da economia global. **Política e Sociedade**, Florianópolis, UFSC/Programa de Pós-graduação em Sociologia política, n. 14, p. 79-105, abril de 2009.

PEREIRA, A. B. A. S. **Agricultura familiar camponesa e cultura alimentar: hábitos e práticas alimentares das famílias rurais da linha simonetti – Ivorá/RS**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, Brasil. 2015.

PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, L. R.; SENTELHAS, P. C. **Agrometeorologia: fundamentos e aplicações práticas**. Guaíba: Agropecuária. p. 478, 2002.

PLOEG, J. D. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, P. (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17 – 32.

PLOEG, J. D.V. Dez qualidades da agricultura familiar. *Agriculturas*. **Extra**, Rio de Janeiro, v. 1, n. p. 7-14, fev. 2014.

PLOEG, J.D.V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2008.

POULAIN, J. P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2004.

PRETTY, J.; BALL, A. S.; LAY, T.; MORISON, J. I. L. Farm costs and food miles: an assessment of the full cost of the UK weekly food basket. **Food Policy**. 30, p. 1–19. 2005.

REQUIER-DESJARDINS, D. Agroindustria rural y sistemas agroalimentarios localizados: ¿cuáles puestas? En: **X Aniversario de PRODAR**, Quito, noviembre. 1999.

REQUIER-DESJARDINS, D. **Multifonctionnalité, territoire et secteur agroalimentaire: une approche par les “systèmes agroalimentaires localisés”**. Cahiers du C3ED, Université de Versailles, nº 02-01, Juin 2002.

RODRÍGUEZ-BORRAY, G. La multifuncionalidad de los Sistemas Agroalimentarios Locales: un análisis desde la perspectiva de tres casos en Colombia. Em *Annales du Colloque Syal « Systèmes Agroalimentaires Localisés: Produits, entreprises et dynamiques locaux »*. 16-18 octobre, Montpellier, France. 2002.

SÁ, L. G.; BORSHIVER, S.; ANTUNES, A. M. S. Alimentos: quase metamorfose. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 36-40, jan. 2000.

SAAB, M. S. B. L. M.; NEVES, M. F.; CLAUDIO, L. D.G. O desafio da coordenação e seus impactos sobre a competitividade de cadeias e sistemas agroindustriais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, São Paulo, v. 38, p. 412-422, out. 2009.

SANTOS, C. F.; ARAÚJO, I. T.; MAIA, Z. M. G. Agroecologia e Sustentabilidade para o espaço rural. **Anais: ANPPAS**, 2012.

SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. In: **World Development**, Britânia, v. 27, n. 9, pp. 1503 – 1514, nov. 1999.

SCHNEIDER, S. Introdução. In: SCHNEIDER, S (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SCHNEIDER, S. **Mercados e agricultura familiar**: Construção de Mercados e Agricultura Familiar: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 93-140, 2016.

SOLER, M. **El contexto socioeconómico de la agricultura ecológica: la evolución de los sistemas agroalimentarios**. 2009. Disponível em: <http://institucional.us.es/compromiso/libreconf/docs/sistemas.pdf> Acesso em: 14 de Março de 2021.

STOCKING, M. A. Tropical soils and food security: the next 50 years. **Science**, Nova York, v.302, n.1356, p.1355-1359, nov. 2003

TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e Terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2004

WILKINSON, J. **A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares algumas considerações iniciais**. Apresentado no Workshop de Campinas, dez. 1996.

WOJSLAW, E. B. Desenvolvimento de Sistemas Gerenciais de Qualidade. Apostila Curso de Pós Graduação na área de Saúde – Vigilância Sanitária e Qualidade de Alimentos. **AVM Faculdade Integrada**. Brasília. 2014.

ANEXOS

ANEXO A**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA**

Eu, _____, com o cargo de _____, na instituição _____, **AUTORIZO** o pesquisador **José Nilo Ferreira de Freitas, MESTRANDO** em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Acre – Campus Floresta, matrícula Nº 20202160011, a realizar a coleta dos dados da pesquisa **SISTEMA AGROALIMENTAR: DIAGNÓSTICO DAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA AMAZÔNIA SUL OCIDENTAL**, que tem por objetivo primário: Avaliar os processos de políticas públicas que potencializam os sistemas agroalimentares, através de seus agentes promotores, projetos e ações, tendo em vista o fortalecimento da agricultura familiar no município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.

O pesquisador acima qualificado se compromete a:

- a) Disponibilidade para eventuais dúvidas a pesquisa;
- b) Obedecer as disposições éticas de proteger os participantes da pesquisa, garantindo - lhes o máximo de benefícios e o mínimo de riscos;
- c) Assegurar a privacidade das pessoas citadas nos documentos institucionais e/ou contatadas diretamente, e garantem que não utilizarão as informações coletadas em prejuízo dessas pessoas e/ou da instituição.

Cruzeiro do Sul, Acre. ____/____/____

(Assinatura do responsável institucional)

ANEXO B

ROTEIRO DE INVESTIGAÇÃO (3ª ETAPA)

Escala de Valores de acordo com o objetivo da etapa:

1. Existência de projetos coletivos e/ou de parcerias () Sim () Não.
2. Nível de interação com outras instituições (Escala de Valores)
3. A depender do nível interação, indicar o grau de dependência dos projetos e da instituição com os parceiros.
4. Esferas de atuação dos projetos coletivos.
5. Fontes de financiamento/fomento.
6. Em caso de projeto com financiamento coletivo (mais de uma fonte de financiamento), qual a porcentagem de contribuição de cada fonte? () 10% () 20% () 30% () 40% () 50% ou () 100%
7. Nível de relação com o sistema agroalimentar (Escala de Valores)
8. Nível de relação com a agricultura familiar (Escala de Valores)
9. Percepção do nível de impacto nos sistemas agroalimentares (Escala de Valores)
10. Grau de continuidade dos projetos.
11. Grau de acompanhamento (extensão e assistência) dos projetos.
12. Relevância dos projetos para fomento/mudança de práticas tradicionais.
13. Relevância dos projetos para fomento (produção e consumo) de alimentos regionais/locais.
14. Grau de intenção no fomento de alimentos com qualidade nutricional.
15. Relevância de fomento/mudança do sistema de produção (convencional, alternativo ou em transição).
16. Principal influência no campo econômico e de renda aos atingidos pelo projeto.
17. Grau de abertura para a coletividade dos projetos.